



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – IREL**

**BOLÍVIA PRISCILA SOARES DE SÁ**

**QUAL DESENVOLVIMENTO? ANÁLISE DOS PROGRAMAS ELEITORAIS DOS  
CANDIDATOS PRESIDENCIAIS NA AMÉRICA LATINA: OS CASOS CE CHILE  
(2017), BRASIL (2018), ARGENTINA (2019) E BOLÍVIA (2020)**

**Brasília, 2022**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – IREL

BOLÍVIA PRISCILA SOARES DE SÁ

**QUAL DESENVOLVIMENTO? ANÁLISE DOS PROGRAMAS ELEITORAIS DOS  
CANDIDATOS PRESIDENCIAIS NA AMÉRICA LATINA: OS CASOS DE CHILE  
(2017), BRASIL (2018), ARGENTINA (2019) E BOLÍVIA (2020)**

Monografia apresentada como requisito para a conclusão da disciplina “Dissertação em Relações Internacionais”, como disciplina optativa de conclusão do Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Orientador: Professor Dr. Fidel Irving Pérez Flores

Brasília  
2022

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – IREL

BOLÍVIA PRISCILA SOARES DE SÁ

**QUAL DESENVOLVIMENTO? ANÁLISE DOS PROGRAMAS ELEITORAIS DOS  
CANDIDATOS PRESIDENCIAIS NA AMÉRICA LATINA: OS CASOS DE CHILE  
(2017), BRASIL (2018), ARGENTINA (2019) E BOLÍVIA (2020)**

Monografia apresentada como requisito para a conclusão da disciplina “Dissertação em Relações Internacionais”, como disciplina optativa de conclusão do Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

**Banca examinadora:**

---

**Prof. Dr. Fidel Irving Pérez Flores**  
**Orientador**

---

**Prof. Dr. Luiz Daniel Jatobá França**

---

**Prof. Dr. Roberto Goulart Menezes**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço o apoio e o suporte de minha mãe, Lourdes Melo, e de minhas irmãs, Lílian e Helena. A todos os professores e professoras que tive a oportunidade de encontrar durante a graduação em Relações Internacionais na UnB, em especial, ao professor Fidel Pérez Flores pelas orientações. A todos e todas que vieram antes de mim.

## **Resumo**

Desde o pós-Guerra, a América Latina passou por diferentes tendências de modelos de desenvolvimento. Na segunda metade da década de 2010, o encerramento do ciclo de alto preço das *commodities* desperta a questão para qual será a estratégia adotada pelos países latinos frente ao novo cenário internacional. Com isso, o objetivo do trabalho foi analisar as plataformas eleitorais dos atuais governantes latinos no que tange ao desenvolvimento e, assim, observar tendências dos planos, bem como divergências e convergências sobre o tema entre os candidatos eleitos ao executivo dos países escolhidos, sendo eles a Argentina, Bolívia, Brasil e Chile. Inicialmente, buscou-se traçar uma relação histórica entre a América Latina e o desenvolvimento e realizar um levantamento de abordagens teóricas relevantes para a região. Para a comparação descritiva dos planos, foi escolhido o método de Análise do Discurso. Foram identificados dois agrupamentos: um de direita e outro de esquerda. À direita, Bolsonaro e Piñera adotam uma linha fundamentalmente liberal nos seus programas. À esquerda, Fernández e Arce partem da teoria desenvolvimentista estruturalista para estruturar seus planos, mas também apresentam elementos alternativos ao desenvolvimento. Ainda que estruturem suas plataformas com base em modelos distintos, todos os programas combinam medidas que contemplam o neoliberalismo.

**Palavras-chaves:** América Latina, Desenvolvimento, Programa Eleitoral, Superciclo das *Commodities*.

## **Abstract**

Since the post-war period, Latin America has experienced different trends in development models. In the second half of the 2010's, the closing of the cycle of high commodity prices raises the question of what strategy will be adopted by the Latin countries in face of the new international scenario. Thus, the objective of the work was to analyze the electoral platforms of the current Latin rulers regarding development and to observe trends of the plans, as well as divergences and convergences between the presidential candidates elected of the chosen countries, namely Argentina, Bolivia, Brazil, and Chile. Initially, we sought to trace a historical relationship between Latin America and the development and theoretical approaches relevant to the region. For descriptive comparison of the plans, the Discourse Analysis method was chosen. Two groups were identified: one from the right and the other from the left. On the right, Bolsonaro and Piñera take a fundamentally liberal approach to their programs. On the left, Fernández and Arce use structuralist developmental theory to structure their plans, but also present elements of alternative to development. Even though they structure their platforms based on different models, all programs combine measures that contemplate neoliberalism.

**Key words:** Latin America, Development, Electoral platforms, Commodities boom.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CC – Comunidad Ciudadana

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CODELCO - Corporación Nacional del Cobre de Chile

FMI – Fundo Monetário Internacional

ISI – Industrialização por Substituição das Importações

YPF - Yacimientos Petrolíferos Fiscales

MAS-IPSP - Movimiento al Socialismo - Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos

MESCP - Modelo Económico Social Comunitario Productivo

ONU – Organização das Nações Unidas

PAD - Países Atualmente Desenvolvidos

PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSL - Partido Social Liberal.

PT – Partido dos Trabalhadores

TDM – Teoria do Desenvolvimento Marxista

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b> .....	<b>8</b>
<b>2. América Latina e o Desenvolvimento</b> .....	<b>10</b>
<b>2.1 Contexto Histórico do Desenvolvimento na América Latina</b> .....	<b>10</b>
<b>2.2 Abordagem teórica sobre o Desenvolvimento</b> .....	<b>12</b>
2.2.1 Liberal .....	12
2.2.2. Desenvolvimentismo .....	14
2.2.3. Teorias da Dependência .....	17
2.2.4 Alternativas para o Desenvolvimento .....	18
<b>3. Análise</b> .....	<b>20</b>
<b>3.1 Método - Análise do discurso</b> .....	<b>20</b>
3.1.1 Categorização e Codificação .....	21
<b>3.2 Estudos de caso – Plataformas Eleitorais</b> .....	<b>22</b>
3.2.1 “Frente de Todos” – Alberto Fernández .....	23
3.2.2 “Agenda del Pueblo para el Bicentenario y el Vivir Bien” – Luis Arce .....	26
3.2.3 “O Caminho da Prosperidade” – Jair Bolsonaro .....	30
3.2.4 “Construyamos tiempos mejores para Chile” – Sebastián Piñera.....	33
<b>3.3 Discussão dos resultados</b> .....	<b>36</b>
<b>4. Conclusão</b> .....	<b>38</b>
<b>5. Referência</b> .....	<b>41</b>



## 1. Introdução

Alcançar o desenvolvimento social e econômico representa o desejo de governantes e de governados não somente da América Latina, mas de toda a periferia global. No caso específico latino, o estudo autônomo de formas de atingir o desenvolvimento, como a teoria estruturalista da Cepal e a teoria da dependência, é uma marca do pensamento social e político regional. Mais de 70 anos depois da publicação de *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas* (1949), de Raúl Prebisch, o desenvolvimento continua uma questão em disputa interdisciplinarmente. Diante do encerramento do ciclo neodesenvolvimentista iniciado nos anos 2000, não há consenso em relação ao caminho a seguir para alcançar o desenvolvimento, tampouco do que seria propriamente esse desenvolvimento.

O superciclo das commodities serviu para consolidar um modo de desenvolvimento neoextrativista na América Latina a partir dos anos 2000 até entorno da primeira metade da década de 2010. O crescimento asiático, sobretudo da China e Índia, durante o referido período fomentou uma alta demanda por bens primários no mundo. No caso latino, foram introduzidos grandes projetos de produção de cereais e de exploração de jazidas de metais, minerais e hidrocarbonetos. Com isso, o Estado pôde arrecadar receitas e, assim, subsidiar políticas públicas e criar oportunidades para investimento. No entanto, com a crise financeira de 2008, o ritmo da economia mundial inicia um processo de desaceleração que termina por reduzir o preço das commodities no comércio internacional por volta de 2014. Dessa maneira, o modelo de desenvolvimento dependente do valor apreciado desse tipo de bem se vê comprometido. Nesse contexto de crise, abre-se o questionamento que tipo de estratégia de desenvolvimento será adotada pelos governantes.

Nesse cenário indefinido, o presente trabalho buscou analisar a representação da ideia de desenvolvimento nos planos de governo dos candidatos vencedores das eleições presidências na América Latina a partir da baixa dos preços das commodities. O objetivo foi compreender a representação feita por governantes latinos eleitos e suas equipes técnicas sobre o desenvolvimento e, assim, observar tendências dos planos, bem como divergências e convergências entre os candidatos eleitos ao executivo dos países escolhidos, sendo eles a Argentina, Bolívia, Brasil e Chile. Nomeadamente, são os programas dos presidentes Alberto Fernández, Luis Arce, Jair Bolsonaro e Sebastián Piñera. O trabalho foi desenvolvido em dois capítulos, além da introdução e conclusão.

No primeiro capítulo, buscou-se traçar uma relação teórica e histórica do desenvolvimento na América Latina. Na primeira parte, está exposto um breve histórico do

debate e experiência de desenvolvimento na América Latina desde o pós-Segunda Guerra até a contemporaneidade. Na segunda parte, foi feito um apanhado das principais correntes teóricas sobre o desenvolvimento para a região, chegando a quatro principais: Liberal, Teoria Desenvolvimentista, Teorias da Dependência e Alternativas ao Desenvolvimento.

No segundo capítulo, encontra-se a apresentação do método e a análise dos planos. Para comparação descritiva dos planos, foi escolhido o método de Análise do Discurso. A Análise do Discurso permite interpretar os textos, levando em consideração os contextos em que foram escritos. Para orientar e sistematizar a análise, foi feita uma categorização e codificação a partir das quatro correntes teóricas principais identificadas com base no referencial do capítulo I. Em seguida, encontra-se o estudo das plataformas dos quatro candidatos e, na discussão dos resultados, buscou-se apresentar uma análise sintética comparativa dos programas escolhidos. Na conclusão, está presente as reflexões sobre os resultados encontrados, assim como um diálogo com outros autores sobre o tema.

. Partiu-se da pergunta de como se representa a ideia de desenvolvimento nas plataformas eleitorais dos candidatos eleitos a presidência na América Latina de 2015-2020 com a crise do modelo de desenvolvimento extrativista. Como resposta, foram encontrados modelos que foram identificados em dois agrupamentos: um de direita e outro de esquerda. Bolsonaro e Piñera, de direita, seguem uma linha marcadamente liberal nos seus planos. Fernández e Arce, de esquerda, constroem seus planos a partir de propostas que remontam aos conceitos da teoria desenvolvimentista cepalina, mas também contam com elementos de alternativos ao desenvolvimento. As quatro plataformas apresentam medidas neoliberais, bem como uma insatisfação com a centralidade das matérias-primas nas suas economias.

## **2. América Latina e o Desenvolvimento**

### **2.1 Contexto Histórico do Desenvolvimento na América Latina**

Durante a década de 1930, os governos latinos de países como Argentina, Brasil e México implementaram políticas e criaram instituições voltadas para incentivar a industrialização nacional. Ainda que dentro de um contexto de reação a crise de 1929, já demonstram desde então um viés desenvolvimentista desses governos (FONSECA, 2015, p. 25). No período pós-segunda guerra, os países do norte renovaram o modo de oferecer ajuda e recomendações para os países do sul e, dessa forma, estabeleceram uma nova linguagem da relação centro-periferia voltada para o desenvolvimentismo. O discurso do Presidente Truman, em 1949, é considerado a inauguração dessa recém estabelecida relação com o Terceiro Mundo, na qual o desenvolvimento baseado na democracia seria o fundamento para paz e prosperidade (MUÑOZ; VILLARREAL, 2019, p. 306). Segundo Feres (2005, p. 93), até a Segunda Guerra, a pobreza e a miséria eram tidas como uma ameaça às regiões mais ricas. Com a Guerra Fria e a Revolução Cubana de 1959, o comunismo se converte na principal questão e a linguagem do “desenvolvimento” se transforma em um dos principais elementos da política externa dos Estados Unidos para a América Latina (FERES JUNIOR, 2005, p. 94). Nesse contexto, o objetivo era a promoção do desenvolvimento e a modernização na América Latina e, assim, o combate ao avanço comunista do hemisfério sul da América (FERES JUNIOR, 2005, p. 96).

Antes disso e como uma iniciativa fora do domínio direto norte-americano, foi criada a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, em 1948, dentro do quadro das comissões regionais da ONU. Entre 1948-1990, a CEPAL contribuiu para a produção e disseminação da ideia da Industrialização por Substituição das Importações (ISI) mediante a o planejamento e a ação do Estado como caminho para atingir o desenvolvimento (BÁRCENA, 2018, pp. 90–91). O entusiasmo desenvolvimentista era tal que a ONU chegou a predizer que os anos de 1970 seriam a "década do desenvolvimento" (WALLERSTEIN, 2005, p. 1246). As políticas estruturalistas da CEPAL entram em declínio com a crise da dívida da América Latina na década de 1980, conhecida como a “Década Perdida”. O Estado deixa de ser a salvação e passa a ser parte do problema.

Antes disso, a primeira experiência neoliberal na América Latina remonta ao choque liberal realizado durante a ditadura chilena a partir de 1973. Posteriormente, deu-se uma fase de impulso durante os anos 1980 e de consolidação na década de 1990. Uma série de ajustes estruturais foi implementada com base nas diretrizes do Consenso de Washington de 1989. (MARTINS, 2005). Desde o pós-guerra, formaram-se um conjunto de instituições internacionais, como Banco Mundial, BID e a própria CEPAL, responsáveis pelo

financiamento e cooperação com as economias “atrasadas”. A partir do Consenso de Washington, esses organismos passam a fomentar políticas de minimização da interferência do Estado na economia e suas possíveis distorções no mercado sob a alegação de modernização e melhoria da eficiência das capacidades administrativas (CRUZ, 2007). Outros eixos das diretrizes estavam ligados a abertura comércio ao livre comércio e a desregulamentação da economia (GONÇALVES, 2012).

Desde o final da década de 1990, a crise do modelo proposto pelo Consenso de Washington, sinalizada pela crise argentina de 2000, enfraqueceu a defesa de medidas neoliberais nos países latino-americanos. A partir de então, segundo Bresser-Pereira (2020, p.3), deu-se início a um Novo Desenvolvimentismo na América Latina, de vertente estruturalista e pós-keynesiana, que busca, por meio de uma estratégia de desenvolvimento nacional, inserir-se competitivamente internacionalmente e, ao mesmo tempo, promover políticas sociais internamente. Como afirma Svampa (2013, p. 31), o Novo Desenvolvimentismo latino, que a autora chama de “Consenso das Commodities” em substituição ao Consenso de Washington, apoiou-se nas vantagens comparativas no mercado internacional desses países e nos altos preços dos bens primários desde os anos 2000. Para Braga e Barbosa dos Santos (2020, p. 4), a característica comum entre os diversos tipos de neodesenvolvimentismo foi a busca por um caminho alternativo entre a financeirização neoliberal e o nacionalismo desenvolvimentista.

Svampa (2017) considera que, neste final da década de 2010, quatro chaves são essenciais para a compreensão da América Latina: (1) as lutas indígenas, (2) o questionamento do modelo de desenvolvimento extrativista, (3) a atualização da dependência e (4) o desafio do regionalismo latino-americano. Segundo Svampa (2017, pp. 56–57), o modelo extrativista renovava as relações de dependência regional e, apesar de algumas especificidades, apresentam uma chave de operação em comum entre os países latinos, descritas como:

“gran escala, orientación a la exportación, ocupación intensiva del territorio y acaparamiento de tierras, amplificación de impactos ambientales y sociosanitarios, preeminencia de grandes actores corporativos transnacionales y tendencia a la democracia de baja intensidad.” (SVAMPA, 2017, p. 56).

Esse processo aconteceu em um contexto de mudança geopolítica com ascensão de novas potências e com a formação de uma proposta de integração regional crítica à hegemonia dos Estados Unidos, encabeçada pelos governos progressistas a partir dos anos 2000. No entanto, a emergência da China como potência, inicialmente vista como a consagração da relação Sul-Sul, devolve-se para uma relação assimétrica com agravamento do papel de exportador de bens primários dos países latinos. Por sua vez, a cooperação sul-sul por meio da

experiência da integração não é aprofundada, bem como não afasta a influência norte-americana na região (SVAMPA, 2017, pp. 57–59).

Diante da baixa do clico das commodities e da crise recente do capitalismo global de 2008, CORSI et al (2019, p. 188) colocam que os países, em especial da América do Sul, têm optado por uma política de austeridade fiscal alinhada com medidas econômicas neoliberais e redução de direitos sociais. Para Svampa (2017, p. 62), a queda do preço dos bens primários agrava o modelo extrativista, como também o endividamento com o aumento das exportações desses produtos para cobrir o déficit na balança comercial.

As políticas de redistribuição de renda, implementadas a partir de 1990 com o processo de redemocratização, foram intensificadas nos anos 2000 com o incremento da receita pública resultante do aumento do preço dos produtos primários e permitiram uma significativa mobilidade social no subcontinente americano. Ainda assim, amplas fatias dos habitantes da região permanecem em situação de vulnerabilidade. Após 2015, o fim do superciclo da commodities e a queda da produtividade do trabalho pressionam os ganhos das classes ascendentes (CORSI, 2019). No contexto internacional, as mudanças no capitalismo, a ascensão chinesa e asiática, a transformação digital, as alterações no mundo do trabalho aceleram crises em curso e agravam tensões sociais.

## **2.2 Abordagem teórica sobre o Desenvolvimento**

As perspectivas teóricas sobre o desenvolvimento são diversas. Especialmente para América Latina, determinadas correntes teóricas têm se mostrado mais relevantes. Nesse sentido, buscou-se mostrar, ainda que brevemente, as principais correntes teóricas sobre o desenvolvimento. Como resultado, quatro vertentes foram abordadas: (1) a liberal, (2) a desenvolvimentista, (3) as teorias da dependência e (4) as abordagens alternativas ao desenvolvimento.

### **2.2.1 Liberal**

A Teoria da Modernização teve o economista norte-americano Walt Whitman Rostow, como um dos principais expoentes. Rostow partia do entendimento de desenvolvimento como resultado do crescimento econômico mediante a industrialização. Com base em uma concepção de desenvolvimento linear e progressiva, Rostow estabelece em sua obra *The Stage of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*, de 1960, cinco etapas para alcançar o desenvolvimento denominadas: (1) Sociedade Tradicional, (2) Estágio de Transição, (3) Arranco (*Take-off*), (4) Marcha para Maturidade e (5) Era do Consumo em massa. Na última

etapa, o consumo não somente de produtos alimentícios, mas também de bens duráveis e serviços seriam massificados. Para isso, portanto, seria necessário melhoria na distribuição de renda entre a população (CONCEIÇÃO; OLIVEIRA; SOUZA, 2016, pp. 13–14).

Essa concepção evolucionária do desenvolvimento está fundamentada na trajetória histórica percorrida pelos países do centro. O propósito também era se contrapor ao determinismo da teoria marxista ao apresentar um novo modelo de desenvolvimento ao capitalismo (CONCEIÇÃO; OLIVEIRA; SOUZA, 2016, p. 12). No longo prazo, os países se modernizariam homoganeamente e atingiriam a mesma etapa de desenvolvimento com percursos semelhantes. A sociedade tradicional é representada nessa teoria como um estágio em atraso e a ser superado. Aos países desenvolvidos, cabia a tarefa de prestar ajuda na forma de capital, tecnologia e experiência (CONCEIÇÃO; OLIVEIRA; SOUZA, 2016, p. 15; REYES, 2001, p. 4).

A relação entre liberalismo econômico e o desenvolvimento conjunto de uma nação pode entrar em contradição se consideramos o pensamento neoliberal de Hayek. Para o economista austríaco, os planos nacionais de desenvolvimento trabalhariam para limitar o dinamismo econômico. Segundo Hayek (2010), a organização de um Estado que se orienta em torno de um objetivo único partiria do pressuposto de um código de ética comum do qual se originaria um plano unitário de ação do Estado. No entanto, para Hayek, tal código ético não existe, podendo haver eventualmente apenas objetivos individuais coincidentes. O autor coloca que “o progresso da civilização tem sido acompanhado por uma constante limitação da esfera em que os atos individuais se acham sujeitos a regras fixas” (HAYEK, 2010, p. 76).

Em sentido contrário a esse cerceamento da liberdade do indivíduo por normas advindas de valores conflitantes, Hayek coloca que “se deve permitir, dentro de certos limites, seguir seus próprios valores e preferências em vez dos de outrem; e que, nesse contexto, o sistema objetivo do indivíduo deve ser soberano, não estando sujeito aos ditames alheios” (HAYEK, 2010, p. 77). O desenvolvimento econômico e a diversificação produtiva seriam resultado das iniciativas espontâneas e autônomas dos indivíduos. Assim, propõe o reconhecimento da soberania dos objetivos individuais em contraposição a um modelo de Estado de objetivo único coletivista, que ele julga autoritário.

Seguindo a tradição de receituário, nos anos 1990, o Consenso de Washington propagou diretrizes para o crescimento econômico baseado em um modelo neoliberal. Inicialmente, como recomendações para saída para a crise da dívida de década de 1980 apresentada pelo economista John Williamson, o Consenso de Washington se transforma em uma estratégia de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos (DE OLIVEIRA, 2020, p. 166). Centrado

nos princípios de estabilização macroeconômica, de liberalização doméstica e de abertura de mercado, as diretrizes estavam divididas em dez: (1) disciplina fiscal, (2) reorientação dos gastos públicos, (3) reforma tributária, (4) liberalização financeira, (5) taxa de câmbio mais competitiva, (6) livre comércio, (7) privatização de empresas estatais, (8) abertura ao investimento externo direto, (9) desregulamentação, (10) segurança jurídica para propriedade privada (RODRIK; BANK, 2006, p. 978).

As diretrizes do Consenso se dividem basicamente em três eixos: políticas macroeconômicas ortodoxas, reformas institucionais voltadas para atender as demandas do mercado e garantias do direito de propriedade. As reformas institucionais deveriam seguir os princípios da liberalização financeira e, assim, a inclusão no sistema de mercados globalizados em detrimento de uma ideia de nação seria o caminho para a prosperidade, desde que fossem salvaguardados a propriedade e o cumprimento contratual pelo Estado. Quanto as medidas macroeconômicas, seriam aquelas dispostas nos manuais tradicionais de teoria econômica neoclássica (BRESSER-PEREIRA, LUIZ, 2010, pp. 13–15).

### **2.2.2. Desenvolvimentismo**

Os intelectuais vinculados à CEPAL são pioneiros ao estabelecer uma crítica e um modelo de desenvolvimento a partir do Sul. Partindo das teorias econômicas keynesianas, estruturalistas e marxistas, Raul Prebisch, Celso Furtado e outros construíram um modelo analítico desde a América Latina contrariando uma versão de desenvolvimento universalista de base ortodoxa. Os países latinos devido a processos históricos próprios apresentavam a coexistência elementos modernos e arcaicos em sua sociedade. Por isso, era necessário a elaboração de teoria endereçada ao tratamento das questões do subdesenvolvimento latino (CASSOL; NIERDELE, 2016).

Ao analisar o contexto latino-americano, Raul Prebisch não compreende o processo de subdesenvolvimento como um resultado exclusivo do atraso interno de cada país isolado. Na divisão internacional do trabalho, os países do centro desempenham papel distinto dos países periféricos, conforme descreve Reino (REINO, 1994, p. 28):

“La concepción centro-periferia, que probablemente fue el ámbito en que se dio el mayor aporte de Prebisch, como también el que provocó los mayores debates, partía de reconocer la existencia de una división internacional del trabajo, en la cual los países latino-americanos jugaban un papel subordinado y se especializaban en la producción y exportación de materias primas y alimentos, en tanto que el centro definía su propio rumbo y el de la periferia transmitía a ésta los efectos de su comportamiento cíclico y se especializaba en la producción de bienes manufacturados.”

A partir desse diagnóstico, Prebisch defende a necessidade do planejamento e intervenção estatal de modo a estimular a industrialização para substituir as importações como forma de reversão desse quadro. O incentivo à indústria aliada à promoção das exportações aumentaria a oferta de divisas, revertendo a escassez de divisas em função da deterioração dos termos de troca. Por sua vez, o fenômeno da deterioração era resultado da alta elasticidade-renda da demanda dos produtos primários. Assim, a intervenção e proteção do Estado no setor industrial, além de aumentar a produtividade do trabalho e promover a absorção de mão-de-obra, seria capaz de reverter esse problema estrutural das economias latinas (REINO, 1994, pp. 30–31).

Ricupero (2005) enfatiza a contribuição de Celso Furtado para compreensão histórica do subdesenvolvimento latino. Com sua obra *Formação Econômica do Brasil* (1959), Furtado caracterizou o legado do período colonial para o subdesenvolvimento brasileiro, isto é, o perfil voltado para o exterior, monocultor e escravagista da economia colonial (RICUPERO, 2005, p. 374). Ao analisar o processo de substituição das importações durante o pós-guerra na Argentina, Brasil e México, Furtado (2007, pp. 114–117) destacou o papel do Estado no seu livro *A Economia Latino Americana* (1969). No período de retração das exportações dos anos 1930 e do pós-Guerra, o Estado foi responsável pela aplicação de política anticíclicas para estímulo a exportação, proteção da demanda interna e incorporação de capital e tecnologia estrangeira. Outro fator que permitiu o aprofundamento da industrialização nesses países na época foi a presença, ainda que incipiente, de núcleos industriais. Dessa forma, a atividade produtiva interna, tanto primária quanto secundária, foi protegida, assim como o consumo e a renda dos trabalhadores.

No entanto, não se deve interpretar que os pensadores da CEPAL subestimassem a importância do setor primário. Para Prebisch (1949), a extração de capital por meio do comércio permitiria a criação de divisas para financiamento dos bens de capital necessários para o desenvolvimento, como exposto no trecho abaixo:

Mas, isto não significa que a exportação primária tenha de sacrificar-se para favorecer o desenvolvimento industrial; não só porque ela nos subministra as divisas para adquirir as importações necessárias ao desenvolvimento econômico, mas ainda porque no valor do exportado sói entrar em proporção elevada a renda do solo que não implica nenhum custo coletivo. Se, por um lado, com o progresso técnico, se consegue aumentar a eficácia produtora, e se a industrialização e uma adequada legislação social por outro lado vão elevando o nível do salário real, poder-se-á corrigir, gradualmente, o desequilíbrio de remunerações entre os centros e a periferia, sem prejuízo dessa atividade econômica essencial. (PREBISCH, 1949, p. 53)

Segundo Bresser-Pereira (2010), para o Novo Desenvolvimentismo, a industrialização, embora ainda necessária, não representa condição essencial para o desenvolvimento dos países



periféricos. Ainda que mantenha o Estado como artífice importante do desenvolvimento, os instrumentos centrais da política neodesenvolvimentista são a taxa de juros e de câmbio. A estabilidade macroeconômica em países exportadores primários seria alcançada por meio da imposição de imposto ou retenção sobre a exportação. Assim, a “doença holandesa”, isto é, a tendência a sobrevalorização do câmbio de economias exportadoras de commodities que inviabiliza o desenvolvimento do setor manufaturado de alto valor agregado, é sanada mediante o novo equilíbrio da taxa de câmbio (BRESSER-PEREIRA, 2020, pp. 16–17). Enquanto, para o desenvolvimentismo tradicional, a políticas anticíclicas são sustentadas por meio da formação de reservas internacionais e, mais eficazmente, pela diminuição da dependência externa a partir da industrialização (PREBISCH, 1949, pp. 89–90). Entre outras diferenças, Bresser-Pereira esquematiza as seguintes distinções entre o novo e o antigo desenvolvimentismo:

**Tabela 1: O Antigo e o Novo Desenvolvimentismos**

Antigo desenvolvimentismo	Novo desenvolvimentismo
1. A industrialização é baseada na substituição de importações.	1. Crescimento baseado na exportação combinado com um mercado interno forte.
2. O Estado tem um papel central na obtenção de poupança forçada e na realização de investimentos.	2. O Estado deve criar oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades econômicas.
3. A política industrial é central.	3. A política industrial é subsidiária.
4. Atitude mista em relação aos déficits orçamentários.	4. Rejeição dos déficits fiscais.
5. Relativa complacência com a inflação.	5. Sem complacência com a inflação.

Fonte: Bresser-Pereira (2012, p.22)

Apesar de carregar “desenvolvimentismo” no nome, para Gonçalves (2012), o Novo Desenvolvimentismo se aproxima mais da ortodoxia liberal do que do pensamento estruturalista dos intelectuais cepalinos. Os aspectos que representam a convergência entre os dois seriam a exportação como motor para o desenvolvimento (*export-led growth*) e uma preocupação maior com a estabilização macroeconômica. A principal função do Estado se resumiria a atividade estabilizadora da economia nacional. Além disso, cabe ao Estado realizar reformas e produzir políticas distributivas para redução das desigualdades que, no entanto, não alteraram a estrutura de tributação e de distribuição de riquezas dentro da sociedade GONÇALVES (2012, p. 661).

Por fim, salienta-se a natureza polissêmica do termo “desenvolvimentismo”, como observado por Fonseca (2015). Ao analisar a definição de “desenvolvimentismo” de autores de diferentes vertentes teóricas e empíricas, Fonseca (2015, p. 21) chegou a três características centrais em comuns, sendo elas: (1) um projeto nacional de desenvolvimento, (2) a intervenção

do Estado e (3) políticas de industrialização. Enquanto para a ortodoxia, o principal foco da política econômica seria a estabilização, para o desenvolvimentismo, o objetivo é o aumento da produtividade dentro do sistema capitalista. Ademais das características citadas, o autor apontou a presença de uma burocracia técnica, de planejamento econômico, de políticas de distribuição de renda e de reforma agrária, além de bancos e intuições para o fomento do desenvolvimento (FONSECA, 2015, p. 22). A combinação dessas qualidades varia de cada país e condições históricas em que as políticas desenvolvimentistas estão inseridas.

### **2.2.3. Teorias da Dependência**

Dando continuidade ao pensamento desde a periferia, a Teoria da Dependência e suas vertentes elaboraram seus estudos com base na condição de subordinação dos países subdesenvolvidos. Foram diferenciadas duas correntes da Teoria da Dependência: (1) Teoria da Dependência de Cardoso e Faletto e (2) Teoria da Dependência Marxista (TDM).

A corrente da Teoria da Dependência de Cardoso e Faletto defende a aceitação do desenvolvimento dependente e a adoção de reformas progressivas em um ambiente democrático representativo. A principal razão do “atraso” latino seria a própria burguesia nacional desses países e seu conservadorismo e inabilidade em se colocar em situação vantajosa no cenário internacional. Cardoso e Faletto (1975, p. 36) não desconsideravam a relação de subordinação externa, mas julgavam as dinâmicas internas entre as classes em prol de modernização fundamentais para o entendimento do subdesenvolvimento nos países latinos. Dessa forma, de acordo com Cardoso e Faletto (1975, p. 30) “a situação de “subdesenvolvimento nacional” supõe uma condição que depende de vinculações de subordinação ao exterior e da reorientação do comportamento político e econômico em função de “interesses nacionais” de classe.

Dentro da Teoria de Dependência Marxista, Theotônio dos Santos (SANTOS, 2000) considera que o subdesenvolvimento está atrelado ao desenvolvimento dos países industrializados e, portanto, fazem parte de aspectos distintos do mesmo processo. Nesse sentido, o desenvolvimento não pode ser entendido com um processo em linha ascendente e progressiva, não constituindo o subdesenvolvimento uma etapa para o desenvolvimento. Além disso, a manifestação do fenômeno da dependência se reproduz não apenas externamente, mas também internamente nas esferas políticas, sociais e ideológicas (SANTOS, 2000). O resultado desse processo é um desenvolvimento desigual e combinado, descrito por Santos (SANTOS, 1986, p. 311) como:

Desiguales porque el desarrollo de partes del sistema se hace a costa de otras partes. [...]Hablamos de desarrollo combinado, porque es la combinación de estas desigualdades y la transferencia de recursos de los sectores más atrasados y dependientes a los más

adelantados y dominantes la que explica esa desigualdad, la profundiza y la transforma en un elemento necesario y estructural de esta economía mundial.

Devido a situação de dependência, caracterizada como situação de economia condicionada pela expansão dos países centrais, as alternativas de desenvolvimento são limitadas (SANTOS, 1986, p. 304). As mudanças possíveis para Santos (SANTOS, 1986, p. 306) consistem na reorientação das relações de dependência ou no seu rompimento para formação de economias independentes, tal qual o modelo socialista encarnado na época por China e Cuba.

#### **2.2.4 Alternativas para o Desenvolvimento**

Antunes de Vieira (2020) parte da teoria de desenvolvimento desigual e combinado e da teoria da dependência para argumentar em defesa de desenvolvimentos alternativos. Já que a desigualdade combinada faz parte do próprio conceito de desenvolvimento, isto é, o subdesenvolvimento e desenvolvimento são um único processo, “a radically perspective notion of development admits variegated forms of development, involving gains and losses for different social groups. What appears as development from one perspective is underdevelopment from another” (ANTUNES DE OLIVEIRA, 2020, p. 941). Dessa maneira, uma série de medidas justificadas em nome de um desenvolvimento simplista e linear são implementadas em detrimento de grupos sociais oprimidos, assim como uma multiplicidade de alternativas para o desenvolvimento são possíveis a partir de diferentes grupos sociais.

Arturo Escobar (2015) elencou um conjunto de propostas alternativas ao desenvolvimento no Norte e Sul Global em torno das ideias de pós-desenvolvimento e decrescimento. Enquanto as propostas de decrescimento do Norte Global estão circunscritas dentro de ideários pós-materialistas, pós-econômico e pós-capitalistas, as concepções de pós-desenvolvimento do Sul são apresentadas principalmente como não liberais, pós ou não capitalistas e pós-extrativistas. Para os países periféricos, além da crise ecológica, uma crise do modelo civilizacional ocidental motiva o desenho de alternativas para o desenvolvimento (ESCOBAR, 2015, pp. 220–222).

A partir de uma abordagem decolonial, Walter Mignolo (2008b, p. 248) critica a retórica salvacionista e eurocêntrica da modernidade do pós-Segunda Guerra Mundial e que, após a Guerra Fria, se converte na tríade “desenvolvimento, democracia e mercado”. Para Mignolo (2008a, p. 293), o discurso para promoção da modernização e do desenvolvimento esconde novas formas de controle e conservação da lógica colonial de apropriação dos recursos naturais

e exploração da mão de obra. Nesse sentido, também envolve aspectos de dominação racial como argumenta o autor:

[...] “desenvolvimento” era um outro termo na retórica da modernidade para esconder a reorganização da lógica da colonialidade: as novas formas de controle e exploração do setor do mundo rotulado como Terceiro Mundo e países subdesenvolvidos. A matriz racial de poder é um mecanismo pelo qual não somente as pessoas, mas as línguas e as religiões, conhecimentos e regiões do planeta são racializados. Ser subdesenvolvido não é como ser um indígena das Américas, Austrália e Nova Zelândia? Ou um negro da África? Ou muçulmanos do mundo árabe? Ser das colônias do Segundo Mundo (ex., Ásia Central e Cáucaso) não era, de uma certa forma, ser tão invisível como as colônias do império de segunda classe, uma racialização escondida sob a expressão “Segundo Mundo”?” (MIGNOLO, 2008a, p. 293)

Igualmente o *Buen Vivir* ou *Vivir bien* parte da crítica à modernidade e de seu ideal de desenvolvimento e progresso linear para propor alternativas ao desenvolvimento. Ainda que conte com expressões como o *Sumak kawsay*, do Equador, e *Sumak qamaña*, da Bolívia, o *Buen Vivir* não se restringe às cosmologias indígenas, seu propósito se baseia em saberes pluralistas aproveitados a partir da descolonização dos diversos tipos de conhecimento para além do conhecimento do mundo ocidental. Ademais de buscar formas integrativas de relacionamento e convivência com a Natureza, o *Buen Vivir* destaca o espaço dos valores éticos comunitários e dos afetos em contraposição à razão capitalista de mera quantificação da qualidade de vida. (GUDYNAS, 2011, pp. 15–16)

Embora reconheça a validade dos argumentos de movimentos em torno do “fim do desenvolvimento”, “pós-desenvolvimento” ou “alternativas para o desenvolvimento”, De Vries (2007) defende o não abandono da demanda por desenvolvimento pelos países do Terceiro Mundo. Sob uma ótica deleuziana e lacaniana, De Vries (2007, pp. 27–29) considera que o vazio provocado pelo fracasso das intervenções desenvolvimentistas termina por despolitizar e minar a esperança dos países subdesenvolvidos, por isso, a manutenção do desejo por desenvolvimento significaria a retomada de uma posição de resistência. A promessa dos governantes e o desejo dos governados por desenvolvimento têm papel não somente de conectar a população com autoridades distantes, mas também implica numa tomada de posição radical e compromisso ético para uma vida melhor. O contrário acontece quando o desenvolvimento serve de um instrumento banal de governabilidade e securitização pelas agências internacionais de ajuda, senhores da guerra, ONGs e mafiosos para conter a irracionalidade do Sul Global (DE VRIES, 2007, p. 32).

### **3. Análise**

#### **3.1 Método - Análise do discurso**

Por meio de uma estratégia comparativa descritiva, será exposta a representação da ideia de desenvolvimento nos planos de governo dos candidatos vencedores das eleições presidenciais de quatro países da América Latina. A descrição de um fenômeno político é um dos objetivos primordiais da política comparada, sendo esse também o propósito da presente pesquisa (LANDMAN, 2008, p. 5). Ademais, parte-se de duas premissas básicas do estudo comparado de poucos países que são a possibilidade de aprofundamento no contexto dos casos escolhidos e a capacidade de empreender uma análise qualitativa utilizando diferentes tipos de informações sociais e políticas (LANDMAN, 2008, p. 68).

Para a investigação dos textos das plataformas eleitorais, será usada o método qualitativo de análise do discurso. De acordo com Dunn & Neumann (2016, p. 34), a análise de discurso se propõe a interpretar e avaliar as representações da realidade compreendidas dentro de determinados discursos. A análise do discurso parte do reconhecimento da importância da linguagem como meio pelo qual a sociedade atribui significados e valores ao mundo material. Assim, ao se referir a um texto – ou imagem, vídeo e assim por diante -, está se abordando as práticas sociais conectadas ao texto. Os discursos são estruturados em um contexto social e, portanto, se relacionam com determinada materialidade. Ao mesmo tempo, os discursos são incompletos e encontram-se em aberto, mudando sempre de referencial, dado sua natureza de construto social. Têm a função de garantir legitimidade de “verdade” a certas representações ao naturalizar e institucionalizar significados e representações, por isso, a associação entre conhecimento e poder contida nos discursos. Por fim, os discursos estão associados a prática à medida que consistem em um sistema de declarações que organizam e categorizam o mundo, definindo aquilo que é possível (DUNN; NEUMANN, 2016, pp. 3–4).

Considerações em relação ao contexto histórico são inerentes à análise de discurso, uma vez que a noção de mudança, mas também continuidade e ruptura no discurso são frequentemente o foco do analista (DUNN; NEUMANN, 2016, p. 104; WODAK, 2007, p. 188). Seguindo premissas da análise de discurso, os significados naturalizados e institucionalizados do desenvolvimento, entendendo seu poder de delimitação do campo de ação social dentro de determinado contexto histórico. Com isso, para análises dos planos, buscou-se relacionar com outras fontes, principalmente textos acadêmicos, para caracterização do contexto político, social e econômico dos países latinos escolhidos e da maneira que se relacionam e embasam a adoção do modelo do desenvolvimento identificado.

Para auxiliar a análise, será usado o procedimento da codificação. Os códigos, como rótulos descritivos ou inferenciais curtos, são úteis para condensar e classificar um conjunto de dados (KALPOKAITE; RADIVOJEVIC, 2019, p. 48). Foram estabelecidos por meio de revisão teórica prévia uma estrutura de pré-codificação a partir de categorias relevantes para compreensão da proposta de desenvolvimento apresentado em cada plano. Igualmente, o próprio processo análise dos programas produz bases para aperfeiçoamento das categorias e dos respectivos códigos. A codificação das categorias foi necessária para identificação não somente de termos, mas também de conceitos subjacentes nos programas. Assim, ainda que palavras e expressões correspondentes a cada modelo teórico não fossem citadas explicitamente, foi possível por meio dos códigos e das informações condensadas nele identificar os conceitos relacionados a determinada corrente teórica de desenvolvimento. Por fim, a partir dos resultados obtidos, foi feita uma síntese analítica e comparativa da representação do desenvolvimento identificado nos planos eleitorais.

### **3.1.1 Categorização e Codificação**

Com base nas correntes teóricas sobre desenvolvimento identificadas anteriormente, foram definidas quatro categorias para a análise dos programas (1) Liberal, (2) Desenvolvimentista Estruturalista, (3) Teoria da Dependência Marxista, (4) Alternativa para o Desenvolvimento. Parte-se do princípio de que não necessariamente as plataformas eleitorais apresentam categorias puras de desenvolvimento, podendo combinar elementos de mais de uma teoria abordada.

Com base na tabela sobre paradigmas de desenvolvimento elaborada por Escobar (2005, p. 21), foram estabelecidas as categorias que servirão para operacionalizar a identificação do projeto de desenvolvimento apresentada nos textos das plataformas eleitorais, conforme visto da tabela 2. Determinados critérios de análise do quadro concebido por Escobar (2005) foram excluídos por não corresponderem ao propósito do presente trabalho, como os tópicos “epistemologia” e “etnografia”. A classificação das teorias de desenvolvimento foi também alterada. Enquanto Escobar (2005, p. 21) trabalha com três modelos (Liberal, Teoria Marxista e Teoria Pós-estruturalista), preferiu-se estabelecer quatro categorias identificadas no levantamento das abordagens teóricas anteriormente feito, como visto na tabela 2. Igualmente o conteúdo atribuído a cada modelo de acordo com cada critério, além de aproveitar considerações de Escobar (2005), foi preenchido a partir das teorias abordadas no capítulo 1 do trabalho.

**Tabela 2 – Quadro Resumo das Categorias de Desenvolvimento**

<b>Teoria do Desenvolvimento</b>	<b>Liberal</b>	<b>Desenvolvimentista Estruturalista</b>	<b>Teoria da Dependência Marxista - TDM</b>	<b>Alternativas ao Desenvolvimento</b>
<b>Conceitos Chaves</b>	Livre concorrência, Liberdade	Deterioração dos termos de troca; Centro-Periferia	Modo de Produção, Trabalho, Dependência	Natureza Descolonização dos saberes
<b>Atores Relevantes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indivíduo</li> <li>• Agentes de Mercado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agentes estatais</li> <li>• Setor produtivo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Classes sociais</li> <li>• Movimentos sociais</li> <li>• Agentes estatais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunidades locais</li> <li>• Novos movimentos sociais</li> </ul>
<b>Critério de Mudança</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Progresso</li> <li>• Crescimento mais distribuição</li> <li>• Adesão aos mercados</li> <li>• Equilíbrio macroeconômico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Industrialização</li> <li>• Protecionismo da produção interna</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ruptura</li> <li>• Luta de Classes</li> <li>• Transformações de relações sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação integrativa com a natureza.</li> <li>• Novos discursos e representações (pluralidade de discursos)</li> </ul>
<b>Mecanismo para Mudança</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intervenções mais focadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ISI</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Luta de Classes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudanças das práticas de saberes</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Escobar (2005, p. 21)

### **3.2 Estudos de caso – Plataformas Eleitorais**

A escolha por plataformas, programas eleitorais ou ainda planos de governo se justifica pela natureza desse tipo de documento político. As plataformas eleitorais, além de projetar uma situação ideal elaborada pela equipe de campanha, buscam atingir as expectativas dos eleitores. Ainda que a maior parte do eleitorado não consulte os programas de governo dos candidatos, as plataformas consistem em documentos políticos sintéticos das posições e prioridades partidárias (D’ALESSANDRO, 2013). Além disso, para D’Alessandro (2013, p. 109), os planos contêm elementos constitutivos da relação da representação política, como da organização do governo. Dessa forma, podem combinar o posicionamento sobre desenvolvimento dos governantes, quanto a percepção dos mesmo sobre os anseios da população.

Foram escolhidos programas de governo a partir da segunda metade da década de 2010, entendendo, a partir do artigo de Svampa (2017), como um período de crise do modelo de desenvolvimento extrativista. Os planos também se enquadram no ciclo eleitoral latino-americano de 2017-2019, caracterizado como mais heterogêneo e fragmentado por Malamud e Núñez (2019, p. 2) e com uma insatisfação e mal-estar na política somado a uma década de 2010 decepcionante economicamente de acordo com Zovatto (2020). Procurou-se programas de governo de candidatos de posicionamentos distintos dentro de um espectro ideológico de direita e esquerda. Ao fim, foram escolhidos dois candidatos à direita e dois candidatos à esquerda, conforme Tabela 2:

**Tabela 3. Estudos de Caso**

<b>País</b>	<b>Candidato</b>	<b>Partido/ Coalizão</b>	<b>Programa Eleitoral de Governo</b>	<b>Posicionamento ideológico</b>
<b>Argentina</b>	Alberto Fernández	“Frente de Todos”	“Frente de Todos” (2019)	Centro-esquerda
<b>Brasil</b>	Jair Bolsonaro	PSL-PRTB	“O Caminho da Prosperidade” (2018)	Extrema-direita
<b>Bolívia</b>	Luis Arce	MAS	“Agenda del Pueblo par el Bicentenario y el Vivir Bien” (2020)	Esquerda
<b>Chile</b>	Sebastián Piñera	“Coalición por el cambio”	“Construyamos tiempos mejores para Chile” (2017)	Centro-direita

Fonte: elaboração própria.

### **3.2.1 “Frente de Todos” – Alberto Fernández**

A coalizão “Frente de Todos” lançou a candidatura de Alberto Fernandez como presidente e Cristina Kirchner como vice-presidente, ambos do Partido Justicialista, de tradição peronista de centro-esquerda. O principal adversário de Fernandez no pleito foi o então presidente Mauricio Macri, da coalizão “Cambiamos” de centro-direita. Desde a redemocratização da Argentina, foi a primeira vez que um partido de centro-direita chegava ao poder e foi igual inédito que um presidente no poder não lograsse a reeleição. Alberto Fernández foi eleito com o percentual de votos de 48,1% sobre 40,3% de Mauricio Macri (ANRIA; VOMMARO, 2020).

O programa eleitoral está estruturado em 17 temas, nesta ordem:

1. “Introducción”,
2. “Estado”,
3. “Desarrollo Económico”,
4. “Desarrollo Social”,
5. “Personas Mayores, Jubilados y Jubiladas”,
6. “Educación”,
7. “Salud”,
8. “Ciencia, Tecnología e Innovación”,
9. “Ambiente y Desarrollo Sustentable”,
10. “Justicia”,
11. “Seguridad”,
12. “Derechos Humanos”,
13. “Equidad de Género”,
14. “Transparencia”,
15. “Cultura y Comunicación”,
16. “Política Exterior e Integración Latinoamericana”, e
17. “Defensa” (FRENTE DE TODOS, 2019)

Os tópicos que abordam diretamente as questões de desenvolvimento são o “Desarrollo Económico”, “Desarrollo Social” e “Ambiente y Desarrollo Sustentable”. Estão presentes em alguma medida elementos da teoria liberal, da teoria desenvolvimentista estruturalista e de alternativas ao desenvolvimento.



A principal estratégia do “Desarrollo Económico” do programa resgata diretamente fundamentos da teoria estruturalista de substituição das importações para geração de divisas:

“Las políticas de desarrollo productivo deberán priorizar aquellos proyectos que generen un incremento de las exportaciones y sustituyan importaciones de manera genuina. [...] el resultado neto de la sustitución implica un ahorro efectivo de divisas y la efectiva implementación de nuevas prácticas productivas y tecnológicas” (FRENTE DE TODOS, 2019).

A descoberta da jazida de Vaca Muerta, em 2010, incentivou a reestatização parcial da Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), em 2012, com a compra de 51% das ações da empresa durante governo de Cristina Kirchner (2011-2015) (CANTAMUTTO, 2020, p. 195) Com a aprovação da Lei 26.741, além da regulamentação do setor, foi reafirmada a soberania energética e o interesse nacional sobre os recursos do subsolo argentino (GIULIANI, 2017, p. 50). Cantamutto (2020) argumenta que o kirchnerismo ao invés de considerar o hidrocarboneto como uma commodity ordinária, passou a considerá-lo como bem estratégico para o desenvolvimento nacional. A reserva de Vaca Muerta, a maior jazida não convencional de petróleo e gás do mundo, serviria para exploração e comercialização, mas também para gerar fundos para financiar a industrialização nacional (CANTAMUTTO, 2020; GIULIANI, 2017).

Adiante, o plano também propõe a aliança do uso dos recursos naturais e o setor de tecnologia de modo a agregar valor produtivo e promover o desenvolvimento: “Pensar en clusters tecnológicos y de ingeniería en torno al agro, el petróleo y la minería rompen la tradicional dicotomía entre recursos naturales versus industria, genera más empleo y sustituye importaciones de manera genuina” (FRENTE DE TODOS, 2019). A estratégia de substituição das importações retoma diretamente os pressupostos do pensamento da estruturalista da CEPAL. A referência alude não somente no que diz respeito ao fomento a indústria, como também na necessidade de formação de reservas em moeda estrangeira.

Na plataforma argentina de Fernández, o governo situação na época de Mauricio Macri havia implementado um experimento neoliberal na Argentina e agravado a reprimarização, o endividamento, a precarização do trabalho e a exclusão social:

“El gobierno de la Alianza Cambiemos puso en marcha desde los primeros días un programa económico de neto corte neoliberal. La historia nacional demuestra que la aplicación de este tipo de programas nunca produjo los resultados que sus defensores pronosticaban. Los primeros años del actual gobierno no fueron la excepción. Lejos de contribuir al fomento del crecimiento económico, estos planes condujeron a la economía a una acelerada fase de desindustrialización -acompañada por la multiplicación del desempleo y de la precarización laboral-, al deterioro generalizado de las condiciones de vida de la población trabajadora y a un decidido avance de la exclusión social. Así, el experimento neoliberal del gobierno de Mauricio Macri tiene para exhibir sólo resultados económicos catastróficos. (FRENTE DE TODOS, 2019).

Apesar das críticas ao modelo neoliberal de Macri, o programa de Fernández prima pela estabilidade macroeconômica, controle da inflação e do endividamento argentino, sendo

esses os principais elementos liberais do plano. O programa aposta também em investimentos estrangeiros nas reservas de hidrocarbonetos da região argentina da Vaca Muerta para arrecadação de receitas internacionais:

“Es necesario generar un régimen especial de inversiones en la actividad de petróleo y gas, particularmente en la reserva no convencional de Vaca Muerta, dando previsibilidad e incentivos a la inversión privada. Esto permitirá generar un superávit de divisas que nos llevará a acumular reservas genuinas y revertir el fuerte cuadro deficitario en el que nos ha sumergido el actual gobierno. [...]

Es preciso también implementar una política monetaria y fiscal consistente con ese proceso, donde se evite la inestabilidad del tipo de cambio, donde se busque el equilibrio fiscal sustentado en el crecimiento y buenas reglas de gestión intertemporal (ahorrar en tiempos de crecimiento, gastar más en períodos de desaceleración y crisis)” (FRENTE DE TODOS, 2019).

A Argentina tem apresentado no período recente dificuldade para equilibrar suas contas e controlar seu processo de endividamento externo. A formação de reservas internacionais constitui um desafio para Argentina não somente pelo seu perfil agroexportador. Após a declaração de *default*, em 2001, o país enfrentou uma forte fuga de capitais estrangeiros. A restrição externa foi amenizada pelo saldo positivo na conta corrente durante os anos de alta dos preços das matérias primas (WAINER, 2019, p. 136). No segundo governo de Cristina Kirchner, o controle das importações e a reestatização do YPF foram medidas tomadas para o enfrentamento ao endividamento externo. No entanto, durante o governo Macri, a desregulação e abertura econômica terminaram por aprofundar o endividamento e, somado a isso, foi feito o maior empréstimo da história do FMI para o controle da desvalorização do peso argentino (ANRIA; VOMMARO, 2020, p. 8; WAINER, 2019, pp. 138–139).

O programa coloca o Estado como principal agente condutor do planejamento do desenvolvimento nacional: “Planificación estratégica para definir prioridades y orientar la inversión pública”; “Estas cuestiones posibilitarán la construcción de un Estado fuerte, promotor del desarrollo” (FRENTE DE TODOS, 2019). Ao situar a coalizão “Frente de Todos” dentro do kirchnerismo, deve-se destacar a centralidade do Estado para essa corrente política. Segundo De Piero (2012, p. 173), durante os governos anteriores dos Kirchner, o Estado reassume a centralidade para o desenvolvimento com a estatização empresas estratégicas, como a Aerolíneas Argentinas e, parcialmente, a YPF, além do fim do sistema previdenciário por capitalização.

Ao mesmo tempo, a plataforma de Fernández critica a superexploração dos recursos naturais e os valores de mercados na seção referente ao “*Desarrollo sustentable*”. O texto propõe o incentivo ao bem viver e práticas alternativas de desenvolvimento e os menciona diretamente:

“se deberán potenciar a través del Estado nuevas prácticas agroecológicas en el marco del [...] “buen vivir” que hace eje en los valores sociales [...] una nueva sensibilidad ambiental y una revisión profunda de los modelos de desarrollos alternativos y del consenso desarrollista, siempre desde la Justicia Social y Ambiental” (FRENTE DE TODOS, 2019).

Ainda que seguindo linhas de desenvolvimento distintas, Svampa e Trazar (2017, pp. 89–90) descrevem os três governos anteriores de Néstor Kirchner, Cristina Kirchner e Mauricio Macri como neoextrativistas. As atividades extrativistas centrais na Argentina se concentram na grande mineração, agronegócio, exploração de hidrocarbonetos e grilagem de terras. A principal sensibilidade ambiental em relação a extração de hidrocarbonetos diz respeito a reserva de Vaca Muerta que, devido a condição da jazida não convencional, pretende-se o uso do danoso *fracking* para extração de gás e petróleo (SVAMPA; TRAZAR, 2017, p. 92). A soja representa cerca 25% das exportações argentinas e o país figura entre os três maiores produtores de soja do mundo, com 60% da área plantada dedicada ao cultivo da oleaginosa (WESZ JUNIOR, 2014, p. 116). Além dos elementos internacionais relacionados ao boom da soja desde os anos 1990, como expansão do capitalismo financeiro, preços mais competitivos internacionalmente e demanda chinesa por soja, Wesz Junior (2014, pp. 144–145) destaca a mobilização interna dos instrumentos econômicos em torno de um projeto de desenvolvimento nacional agroexportador. Haja vista a centralidade do agronegócio para o primeiro setor e para a economia argentina, novas práticas de agroecologia e alternativos ao desenvolvimento se contrapõem ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

### **3.2.2 “Agenda del Pueblo para el Bicentenario y el Vivir Bien” – Luis Arce**

A eleição de Luis Arce foi antecedida por grave crise no sistema político boliviano. Após a renúncia forçada sob denúncias de fraude e do exílio do presidente reeleito seguidamente pela quarta vez, Evo Morales, nas eleições de 10 de novembro de 2019, assume sem apoio do Congresso, Jeanine Añez, como presidenta interina. O interregno de Añez foi marcado pela repressão aos integrantes do MAS e demais opositores e pela eclosão da pandemia do COVID-19 (CEPPI; MARTÍNEZ, 2020).

Com um cenário adverso para Añez, MAS consegue se reeleger, no entanto, com uma composição de chapa sem Evo Morales. A chapa vencedora com 55,11% era formada por Luis Arce Catacora, como presidente, e David Choquehuanca Céspedes, como vice-presidente. A Luis Arce, antigo Ministro da Fazenda de Evo, foi atribuído o “milagre boliviano” durante o período de *boom das commodities*. A segunda posição na contenda ficou com Carlos Mesa (com 28,83%) do partido Comunidad Ciudadana (CC), antigo vice-presidente durante o

governo de Sanchez de Lozada, que durante o episódio da Guerra do Gás, em 2003, assumiu a presidência boliviana (CEPPI; MARTÍNEZ, 2020).

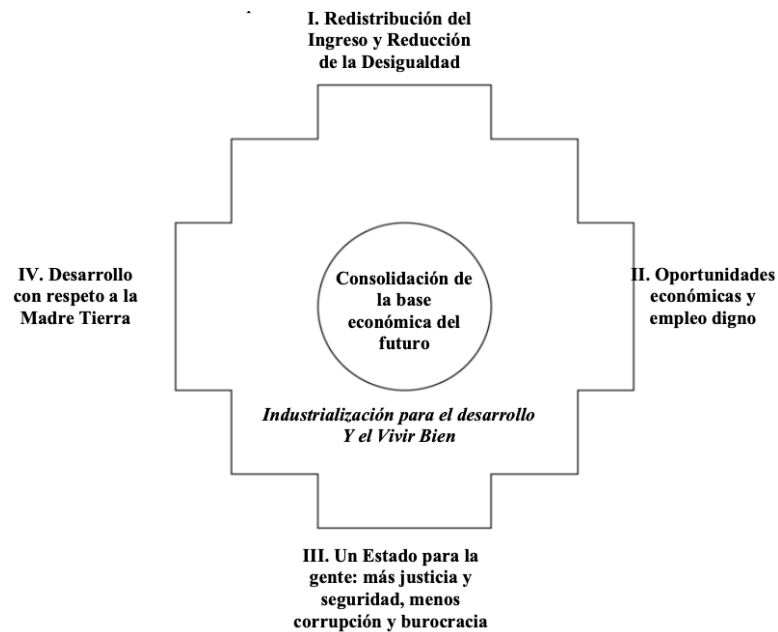
O programa eleitoral do Luis Arce, “Agenda del Pueblo para el Bicentenario y el vivir bien”, está dividido em sete capítulos, sendo eles:

1. “Introducción”
2. “Logramos un nuevo país (2006-2018)”
3. “El golpe de Estado y el retorno al neoliberalismo”
4. “El Contexto Internacional”
5. “Propuesta: la participación como eje central”
6. “La Agenda del Pueblo para el Bicentenario: cuatro áreas prioritarias y la consolidación de la base económica del futuro”
7. “La Bolivia del Bicentenario: 13 Pilares para continuar nuestro camino”
  - “Pilar 1: Erradicar La Pobreza Extrema”
  - “Pilar 2: Universalización De Los Servicios Básicos”
  - “Pilar 3: Salud, Educación Y Deportes”
  - “Pilar 4: Soberanía Científica Y Tecnológica”
  - “Pilar 5: Soberanía Económica Y Financiera”
  - “Pilar 6: Soberanía Productiva Con Diversificación”
  - “Pilar 7: Soberanía Sobre Nuestros Recursos Naturales”
  - “Pilar 8: Soberanía Alimentaria”
  - “Pilar 9: Soberanía Ambiental Con Desarrollo Integral”
  - “Pilar 10: Integración Complementaria De Los Pueblos Con Soberanía”
  - Pilar 11: Soberanía Y Transparencia En La Gestión Pública
  - “Pilar 13: Reencuentro Soberano Con Nuestra Alegría, Felicidad, Prosperidad Y Nuestro Mar”

No Capítulo 6, encontra-se a estratégia de desenvolvimento proposta pelo chapa Arce-Choquehuanca. O modelo está centrado na industrialização dos recursos naturais. Esse processo de industrialização está incluso no chamado Modelo Económico Social Comunitario Productivo (MESCP). O MESCP está dividido em três etapas: (1) nacionalização dos recursos naturais e empresas estratégicas, (2) redistribuição de riqueza e (3) industrialização dos recursos naturais. As duas primeiras fases já estariam consolidadas e, portanto, a próxima gestão do MAS se dedicaria a agregar valor aos minérios encontrados no território boliviano.

O programa se mostra ciente das mudanças na economia global ao fazer referência à baixa dos preços das matérias primas e enfatizar a necessidade de diversificação da sua produção: “El nuevo e inestable contexto internacional, los precios más bajos de las materias primas, requieren de la diversificación de la oferta exportable con productos de mayor valor agregado, y la ampliación de los mercados” (MAS-IPSL, 2020, p. 22). Com isso, a industrialização figura como elemento central da agenda econômica do programa e como meio para alcançar o desenvolvimento e o *Vivir Bien*, seguida da redução da desigualdade, da criação de emprego, da redução da corrupção e burocracia e garantia da seguridade jurídica e do desenvolvimento com respeito a natureza, como disposta na figura 1:

**Figura 1. Representação esquemática da *Agenda del Pueblo para el Bicentenario***



Fonte: MAS-IPSL, 2020, p. 17.

Como representado, as prioridades econômicas do plano de governo de Arce incluem elementos de cunho tanto liberal como estruturalista e alternativo ao desenvolvimento. A forma como é pensada a industrialização se baseia diretamente na teoria estruturalista cepalina: “se necesita una política de sustitución de importaciones, de diversificación e incremento de los volúmenes de exportación, con la intención de fortalecer la generación de divisas” (MAS-IPSL, 2020, p. 18). A implementação da industrialização fica sob a responsabilidade do Estado, embora não se descarte parcerias com o setor privado: “El Estado desarrollará lo que en términos teóricos se llama la industria básica o también llamada industria pesada, que debe ser complementada con la industria liviana, que puede estar a cargo del sector privado, el Estado o empresas mixtas” (MAS-IPSL, 2020, p. 19).

No caso da Bolívia, o Estado está organizado desde a Assembleia Constituinte de 2009 em um formato plurinacional. O plano considera que o Estado, da maneira que estava organizado anteriormente, impedia o desenvolvimento boliviano: “el Estado Republicano precedente obstaculizaba el desarrollo nacional” (MAS-IPSL, 2020, p. 13). Segundo o programa do MAS, o Estado-nação se tornou dispensável para a acumulação de capital das grandes corporações, já que um território sem a institucionalidade estatal permite maior reprodução de capital. Soma-se a isso, organizações internacionais, como a OMC, atuam para a baixa do preço internacional das commodities, sem se importar com o impacto ambiental. A partir da descrição desse cenário, é proposto o fortalecimento do singular Estado Plurinacional.

Em trecho seguinte, o texto coloca a industrialização como condição necessária para assegurar o desenvolvimento e o *Vivir Bien*. Simultaneamente, quando desenvolve a seção “desarrollo con respeto a la madre tierra”, a plataforma coloca a madre tierra a serviço do desenvolvimento “nuestra Madre Tierra es la fuente que necesitamos para nuestro desarrollo” (MAS-IPSL, 2020, p. 23). Essa ambiguidade do plano também está presente na própria Constituição boliviana e já havia sido observada por Gudynas (2011). O Artigo 355 da Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia declara que “industrialización y comercialización de los recursos naturales será prioridad del Estado” (BOLÍVIA, 2009) e, para Gudynas (2011, p. 463), tal artigo cria subterfúgios para legitimar exploração dos recursos naturais mesmo que em situação danosa para o meio ambiente. O plano também condena uma forma de pensar o meio ambiente a partir de uma abordagem liberal de sustentabilidade ao afirmar que “Nuestro mayor enemigo en el ámbito internacional es el capitalismo verde y el colonialismo ambiental” (MAS-IPSL, 2020, p. 43).

Ao mesmo tempo, pretensões de industrialização dos recursos naturais, sobretudo do lítio, já estavam presentes desde Evo Morales. Segundo Ströbele-Gregor (2012, p. 12), diante do crescimento da demanda internacional por lítio pela área tecnológica e, sendo a Bolívia uma das principais detentoras de reserva de lítio no mundo, Evo identificou uma oportunidade para reversão na situação de dependência e pobreza do país. No Salar de Uyuni e Patos Grandes, em Potosí, e no Salar de Coipasa, em Oruro, encontram-se as maiores jazidas de lítio na Bolívia.

No pilar 6 do programa, está colocado que a dependência dos recursos naturais são consequência do período colonial: “La economía boliviana altamente dependiente de la minería y de los hidrocarburos no es más que el resultado de una herencia colonial y republicana” (MAS-ISPL, 2020, p. 37). Potosí tem um histórico de exploração de minérios que remonta as minas de pratas do período colonial e a criação de uma nova relação de dependência constitui um receio no processo de industrialização dos recursos naturais. Ströbele-Gregor (2012, p. 35-36) afirma que forças sindicais internas do MAS repudiam qualquer cooperação transnacional para industrialização do lítio, sendo repetido pelo governo a busca por “socios, no patrones”. Porém a cooperação é inevitável, pelo menos até que a Bolívia domine a tecnologia necessária, e a China figurava como uma das favoritas, quando do artigo de Ströbele-Gregor (2012, p. 37). No plano de Arce, quanto aos chamados “recursos evaporíticos” para o mandato 2020-2025, está proposto a implantação de indústria químicas de derivados de lítio em associação com empresas privadas nacionais e estrangeiras. Está também previsto parceira com a empresa chinesa TBEA-Boacheng para exploração dos solares de Coipasa e Pastos Grandes para produção de derivados de bromo.

O programa da MAS-IPSL aponta o golpe de Estado que levou a destituição de Evo Morales como evento fundamental para o retorno do neoliberalismo no país. O modelo neoliberal é caracterizado por medidas de ajuste fiscal e pela diminuição da soberania interna:

“El camino de Bolivia no está en el ajuste neoliberal. Los programas de centro derecha y derecha participantes en las elecciones 2020 proponen un ajuste bajo el molde del FMI. Conciben que hay una relación entre el déficit fiscal, el aumento de las importaciones, la caída de las reservas internacionales netas y una inminente devaluación. Por ello proponen reducir el gasto de inversión y corriente (anulando la creación de ítems para salud y educación y congelando los salarios). Caracteriza a dichos programas la pretensión de beneficiar únicamente a los empresarios y las transnacionales.

Se equivocan al pretender reducir el déficit fiscal únicamente por el lado del gasto, lo que hay que hacer es incrementar los ingresos del Estado. Para ello es esencial aumentar el tamaño de la producción mediante el concurso de la inversión pública (los privados invertirán en la medida que el Estado lo haga)

[...]

Durante la época neoliberal, la política exterior se caracterizó por un enfoque servil a los intereses de grupos de poder económico privado extranjero, y por depender de las políticas de potencias y regímenes hegemónicos extranjeros, sin velar por la soberanía y la libre autodeterminación de los pueblos.” (MAS-IPSL, 2020, p. 7,16)

No entanto, o programa de Arce não deixa de adotar medidas neoliberais. Os elementos liberais do plano de Arce são as preocupações com a estabilidade macroeconômica, endividamento, processo inflacionário e a seguridade jurídica. Mas todos os componentes da política econômica devem servir ao *Vivir bien*, como descrito no pilar 5: “Los objetivos de la política fiscal, monetaria y cambiaria se seguirán enfocando en fomentar el desarrollo económico y social, preservando la estabilidad macroeconómica, con el fin de mejorar la calidad de vida y el Vivir Bien de las bolivianas y los bolivianos” (MAS-IPSL, 2020, p. 36). O plano “*Agenda del Pueblo para el Bicentenario y el Vivir Bien*” do candidato vitorioso boliviano tenta superar as contradições declarando que todas as propostas, sejam elas liberais, estruturalistas, servem ao *Vivir bien*. Ainda que, por princípio, o *Vivir Bien* signifique uma alternativa ao desenvolvimento e ao pensamento moderno, o próprio progresso é justificado em nome do *Vivir Bien*.

### 3.2.3 “O Caminho da Prosperidade” – Jair Bolsonaro

A vitória de Jair Bolsonaro em 2018 representou uma quebra na disputa presidencial brasileira tradicional entre PT e PSDB desde 1994. A chapa de extrema direita era composta por Jair Bolsonaro (então filiando ao PSL e atualmente sem partido) e pelo General Hamilton Mourão (PRTB). Com uma campanha assentada no militarismo, no conservadorismo evangélico e no antipetismo, além do uso intenso das redes sociais para disseminação de notícias falsas, Bolsonaro foi eleito no segundo turno com 46,03% contra 29,28% dos votos de Fernando Haddad (PT) (ALMEIDA, 2019; DO AMARAL, 2020).

O plano de governo de Bolsonaro tem como cabeçalho de todas as páginas o seu lema de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Ainda que não estruturado de maneira clara e semelhante a uma apresentação de slides, foi possível identificar quatro tópicos centrais no texto:

1. “Valores e Compromissos”
2. “A Nova Forma de Governar! Mais Brasil, Menos Brasília”
3. “A Nova Forma de Governar! Estrutura e Gestão”
4. “Mais Brasil e Menos Brasília – Linhas de Ação”
  - a. “Segurança e Combate à Corrupção”
  - b. “Saúde e Educação”
  - c. “Economia” (PSL-PRTB, 2018)

O eixo do programa reiterado em diversos pontos está centrado na liberdade e no controle da dívida pública. Ainda que planos de governos normalmente busquem uma linguagem mais acessível aos mais diversos públicos, o programa publicado pela campanha de Bolsonaro dispõe de linguagem simplista e as medidas carecem de maior desenvolvimento para que se compreenda de maneira consistente as propostas.

Em diversos trechos do texto, o programa de Bolsonaro se coloca em defesa de um “governo liberal e democrata”. O próprio título da plataforma “Caminho da Prosperidade” parece fazer referência ao clássico neoliberal de Friedrich von Hayek, “Caminho da Servidão”. Na parte “Valores e Compromissos”, uma das páginas intitulada “Liberalismo econômico” é dedicada a elogiar esse modelo e condenação dos gastos públicos durante os anos dos governos petistas:

“As economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social. Graças ao Liberalismo, bilhões de pessoas estão sendo salvas da miséria em todo o mundo [...] Corruptos e populistas nos legaram um déficit primário elevado, uma situação fiscal explosiva, com baixo crescimento e elevado desemprego.” (PSL-PRTB, 2018, p. 13)

Na seção 4c, voltada ao tema econômico, o programa toca em muitas das diretrizes do Consenso de Washington. Partindo da interpretação das diretrizes feita por Oliveira (2020, pp. 167–168), verifica-se a atendimento das seguintes regras:

- (1) **disciplina fiscal:** “mais ortodoxia fiscal”
- (2) **reorientação dos gastos públicos:** Os cortes de despesas e a redução das renúncias fiscais constituem peças fundamentais ao ajuste das contas públicas.
- (3) **reforma tributária:** “gradativa redução da carga tributária bruta brasileira paralelamente ao espaço criado por controle de gastos e programas de desburocratização e privatização;”
- (4) **liberalização financeira:** “o Banco Central, este formal e politicamente independente”
- (6) **livre comércio:** “a redução de muitas alíquotas de importação e das barreiras não-tarifárias, em paralelo com a constituição de novos acordos bilaterais internacionais”
- (7) **privatização de empresas estatais:** “todos os recursos obtidos com privatizações e concessões deverão ser obrigatoriamente utilizados para o pagamento da dívida pública.



Além disso, devemos ressaltar que a linha mestra de nosso processo de privatizações terá como norte o aumento na competição entre empresas.”

**(9) desregulamentação:** “Simplificação de abertura/fechamento de empresas” e “carteira verde e amarela onde o contrato individual prevalece sobre a CLT, mantendo todos os direitos constitucionais”

**(10) segurança jurídica para propriedade privada:** “Os frutos materiais dessas escolhas, quando gerados de forma honesta em uma economia de livre iniciativa, têm nome: PROPRIEDADE PRIVADA!” (PSL-PRTB, 2018)

Saad Filho e Bofo (2021, p. 4) consideram que a candidatura e vitória de Bolsonaro está compreendido dentro de um processo de radicalização do neoliberalismo desencadeado pela crise financeira global de 2008. No contexto brasileiro, o golpe jurídico e midiático contra ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, e a operação Lava jato, além de associar a esquerda com corrupção, disseminou a ideia de ineficiência do Estado e a necessidade de uma autoridade forte para enfrentar os desvios estatais. Como expresso no plano de Bolsonaro, “o problema é o legado do PT de ineficiência e corrupção” (PSL-PRTB, 2018, p. 14).

Ainda que os governos petistas dessem continuidade a política macroeconômica neoliberal de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, as administrações do PT promoviam uma política de desenvolvimento nacional baseada no estímulo da demanda e ampliação das políticas de transferência de renda para os setores mais pobres, sustentada pelas receitas geradas pelas atividades extrativistas (SAAD-FILHO; BOFFO, 2021, p. 2). Assim, a desestruturação do poder nos moldes petistas abriu espaço para o neoliberalismo autoritário de Jair Bolsonaro.

No governo de Michel Temer (2016-2018), medidas já sinalizavam essa radicalização, como a Emenda Constitucional do “Teto dos Gastos” e a flexibilização do trabalho por meio da reforma trabalhista. Mas o “neoliberalismo autoritário” encontrou sua forma no capitão reformado do Exército, Jair Bolsonaro, e no banqueiro e participante do grupo dos “Chicago Boys”, Paulo Guedes. Bolsonaro se ocuparia do combate a esquerda e, seguindo a lógica de campanha, da corrupção e Guedes se encarregaria da liberalização na função de Ministro da Economia (SAAD-FILHO; BOFFO, 2021). Segundo Saad Filho e Bofo (2021, p. 7), os dois principais pontos da política de Guedes consistem na neutralização dos sindicatos e na reforma previdência. No plano de Bolsonaro, está previsto uma transição para sistema de pensão por capitalização: “a grande novidade será a introdução de um sistema com contas individuais de capitalização” (PSL-PRTB, 2018, p. 57) – modelo de sistema previdenciário implementado durante o choque neoliberal da ditadura chilena do Pinochet (MADARIAGA, 2019, p. 100).

Embora de maneira vaga, o programa “Caminho da Prosperidade” propõe adotar a mesma abordagem dos países desenvolvidos: “Nossa estratégia será adotar as mesmas ações que funcionam nos países com crescimento, emprego, baixa inflação, renda para os

trabalhadores e oportunidades para todos” (PSL-PRTB, 2018, p. 13). Embora adotando uma maneira simplista de descrever as medidas de seu governo, o plano de Bolsonaro reitera a posição de que o que falta para o desenvolvimento do Brasil é a implementação de políticas semelhantes às adotadas nos países desenvolvidos.

### 3.2.4 “Construyamos tiempos mejores para Chile” – Sebastián Piñera

As eleições no Chile foram decididas em dois turnos, nos quais saiu vencedor Sebastián Piñera da coalizão “Chile Vamos”. Sebastián Piñera, candidato de centro-direita, havia sido presidente entre 2010 e 2014, ainda que favorito, alcançou percentual de voto de 36,64%, distante da maioria absoluta no primeiro turno. No segundo turno, ganhou do seu concorrente, Alejandro Guillier Álvarez, do “Fuerza de Mayoría” de centro-esquerda, com 54,58% dos votos.

Dos programas de governos analisados, o “Construyamos tiempos mejores para Chile” de Piñera, é o mais longo – com quase 50 mil palavras. Está declarado que foi utilizado mais de 1000 especialistas, entre profissionais e acadêmicos, para a elaboração do plano. A estrutura foi organizada em cinco seções principais:

- I. “Carta de Sebastián Piñera: Tiempos mejores para todos”
  - II. “En síntesis: un programa para las familias”
  - III. “Levantemos el vuelo: bases del programa de gobierno
  - IV. Programa de Gobierno: Un Chile que progresa con la fuerza de la libertad, la justicia y la solidaridad”
    - i. Un Chile más libre que progresa creando oportunidades para todos
    - ii. Un Chile justo y solidario para caminar juntos
    - iii. Un Chile seguro y en paz para progresar y vivir tranquilos
    - iv. Un Chile para vivir una vida más plena y feliz
- Carta de cierre de Cecilia Morel: ¿Por qué Sebastián? (COALICIÓN POR EL CAMBIO, 2017)

A parte do texto dedicada as propostas de relacionadas com o desenvolvimento estão nos tópicos: “Levantemos el vuelo: bases del programa de gobierno” e “Un Chile más libre que progresa creando oportunidades para todos”. Quatro são os princípios para a prosperidade no Chile, de acordo com as bases do plano: “libertad, justicia, progreso y solidaridad”. Em seguida, é delimitada as funções do Estado, tendo como objetivo maior de garantir a liberdade dos indivíduos.

“Es nuestro convencimiento que el progreso de una nación depende del esfuerzo y la creatividad de individuos libres, familias seguras y una sociedad civil vigorosa. La tarea del Estado es acompañar, facilitar y promover las condiciones para que esa libertad se despliegue ampliamente, de manera que seamos los arquitectos de nuestras propias vidas y podamos realizar todo nuestro potencial.” (COALICIÓN POR EL CAMBIO, 2017, p. 26)

O plano faz assim referência aos princípios liberais de liberdade dos indivíduos para possibilitar o crescimento econômico. Adiante, o programa dá ênfase ao combate a desigualdade por meio do crescimento econômico autônomo:

“La forma de enfrentar la desigualdad constituye una línea divisoria política fundamental. Para algunos, las desigualdades se combaten coartando la libertad, condenando el éxito y dando bonos en vez de mejores oportunidades para progresar y crecer. Esta receta, donde se ha aplicado, sólo ha conseguido igualar en la pobreza y la frustración. Por su parte, nuestra alternativa apunta a la raíz del problema más que a sus síntomas. Un crecimiento económico dinámico que genere más y mejores empleos es la base insustituible para reducir las desigualdades, pero debe ser complementado por políticas que permitan un amplio acceso a una educación y capacitación de calidad, un buen sistema de salud, una infraestructura eficiente y una red de seguridades amplia para los más vulnerables y la clase media.” (COALICIÓN POR EL CAMBIO, 2017, p. 27)

Na seção “Un Chile más libre que progresa creando oportunidades para todos”, a plataforma estabelece as áreas prioritárias do governo e insiste no liberalismo econômico e a livre concorrência como condição necessária para o progresso “Creemos que una economía libre, competitiva y abierta al mundo es una condición necesaria para alcanzar el desarrollo” (COALICIÓN POR EL CAMBIO, 2017, p. 39). Além de elementos relativos à estabilidade macroeconômica, estão presentes medidas relacionadas a reforma tributária e a flexibilização do trabalho.

A mineração figura como componente central da estratégia de desenvolvimento chilena “A través de nuestra historia la actividad minera ha forjado una parte indeleble de nuestra identidad y ha sido uno de los grandes motores del desarrollo nacional”. Desde a década de 1970, o Chile conta com uma estatal mineradora de cobre, a Corporación Nacional del Cobre de Chile (CODELCO), que permaneceu pública mesmo depois do choque neoliberal no período ditatorial, devido ao valor estratégico do setor para o país. A empresa pública é a principal produtora de cobre do mundo e, atualmente, 70% de sua produção é realizado por concessão privada, principalmente de empresas internacionais (POVEDA BONILLA, 2019, pp. 29–30). A CODELCO juntamente com os fundos soberanos e os impostos sobre o cobre fazem parte da governança do cobre no Chile, responsável pela captação de recursos provenientes da exploração do mineral para gastos públicos e para combater o déficit fiscal e o financiamento da dívida pública.

A volatilidade do preço do cobre, característica comum das commodities, incentivou a consolidação desse regime interno chileno a partir 2004, com a promulgação do Impuesto Específico a la Actividad Minera, conhecido como *Royalty Minero*. A tradicional rigidez da disciplina fiscal do Chile estimulou a construção de instrumentos para amortecer em períodos de baixa dos preços (POVEDA BONILLA, 2019, p. 28-29). Ainda que permaneça como o principal produtor de cobre do mundo, o período pós-boom das commodities experimentou uma diminuição da dinamização da economia, da arrecadação fiscal e um efeito acumulativo dos impactos ambientais causados pela mineração (POVEDA BONILLA, 2019, p. 47). No programa de Piñera, embora se reconheça a centralidade do cobre para a economia chilena, há

um desejo de superação da dependência do minério: “Aspiramos a una minería que nos permita transitar de una economía basada en la explotación de recursos naturales a una basada en el conocimiento, tal como ha ocurrido con todos los países mineros desarrollados (COALICIÓN POR EL CAMBIO, 2017, p. 51)”. Igualmente o programa propõe um “desarrollo integral” para que o Chile se transforme em um país desenvolvido. Dessa forma, a condição de exportador de matéria prima aparece como uma fase a ser superada, não como um resultado do processo de desenvolvimento dos países centrais.

O plano de governo de Piñera tem o predomínio de embasamento liberais econômicos. A persistência do neoliberalismo no Chile desde a ditadura do Pinochet nos anos 1970 foi justificada por Madariaga (2019, pp. 90–91) a partir da continuidade de ideias, instituições e interesses empresariais. As ideias econômicas neoliberais assumiram hegemonia depois da perseguição de professores universitários marxistas e estruturalistas que deram lugar a economistas de orientação neoliberal treinados em Chicago nos principais centros nacionais de formação da elite burocrática chilena (MADARIAGA, 2019, p. 91). A herança institucional permanece na Constituição, elaborada na época ditatorial. Ainda que nos anos 2000 parte das “amarres institucionales” ou “enclaves autoritarios” foram reformados, pontos críticos, como sistema de pensões e de educação, permaneceram intocados mesmo durante governos progressistas (MADARIAGA, 2019, pp. 100–101). Por fim, a força das elites empresariais que conseguem exercer pressão e ameaças para a manutenção de seus interesses (MADARIAGA, 2019, p. 99).

A Constituição chilena de 1980 não expressa diretamente adesão ao modelo econômico neoliberal, mas sim aos seus princípios. De acordo com Leiva (2020, p. 12), o ordenamento constitucional privilegia a liberdade econômica e assegura as liberdades individuais de modo a garantir a reprodução do capitalismo. Os governos de centro-esquerda anteriores igualmente não alteraram a Carta vigente em nome da estabilidade econômica e da seguridade jurídica chilena que atraiu sempre fluxo considerável de investimentos estrangeiros ao país (LEIVA, 2020, p. 9). Em 2019 e 2020, o já eleito governo de Sebastián Piñera foi abalado por uma onda de protestos. O apaziguamento parcial dos protestos foi conseguido por meio de um acordo para instauração de uma assembleia constituinte. A manutenção da justiça de mercado depois da democratização terminou por enfraquecer a representatividade e legitimidade de um Estado subsidiário (LEIVA, 2020, p. 18).

### 3.3 Discussão dos resultados

Ao comparar as análises dos programas, é possível identificar dois grupos com base no posicionamento ideológico do candidato. Os candidatos de direita, Jair Bolsonaro e Sebastián Piñera, tem como modelo de desenvolvimento mais pronunciado nos seus planos, o liberalismo. Enquanto os candidatos de esquerda, Alberto Fernández e Luis Arce, centram suas propostas em fundamentos do modelo desenvolvimentista estruturalista. Ainda assim, os programas não representam panfletos ortodoxos de uma determinada teoria do desenvolvimento, podendo mesclar diferentes abordagens em suas propostas.

Os eixos centrais dos planos de Bolsonaro e Piñera são de caráter essencialmente liberal, uma vez que apontam a livre atuação dos indivíduos no mercado como fator principal para promoção do desenvolvimento e crescimento econômico. Além da diferença na forma de apresentação do conteúdo, em outras seções, a proposta chilena aborda temas como meio ambiente e direitos humanos, ao contrário do caso brasileiro bolsonarista, que menospreza tais questões. Em ambas as plataformas, encontra-se o desejo de superação do estágio de subdesenvolvimento, tendo as sociedades dos países desenvolvidos, como modelo ideal a ser atingido.

A estratégia principal dos planos de Arce e Fernández está centrada na industrialização por substituição das importações desenhada pelos economistas do desenvolvimentismo da CEPAL. Igualmente, ambos os programas enfatizam a industrialização dos recursos naturais como forma de agregar valor a produção e as exportações e, dessa maneira, promover o desenvolvimento nacional. Os candidatos de esquerda buscam adotar uma agenda de Desenvolvimento Nacional guiado pelo Estado, utilizando referências diretas à Teoria Estruturalista cepalina.

Quanto a presença de elementos da Teoria da Dependência Marxista, pode-se afirmar que nos primeiros anos da MESP do MAS houve propostas de rompimento com o sistema capitalista internacional, com a estatização de multinacionais durante os primeiros anos do governo de Evo Morales. No entanto, embora apresentem críticas diretas ao capitalismo, o programa de Arce considera que etapas de ruptura já foram ultrapassadas de acordo com o modelo de desenvolvimento boliviano. A predominância da fase atual está centrada na implementação da ISI.

Em relação às Alternativas para o Desenvolvimento, a plataforma da MAS coloca o *Vivir Bien* como a justificativa de todas as propostas apresentadas dos mais diferentes matizes. O programa de Alberto Fernández situa as estratégias Alternativas ao Desenvolvimento em áreas específicas de seu plano de governo relacionadas a sustentabilidade. As abordagens

alternativas carecem de elementos que fundamentem uma ação em torno da construção de proposições distintas das tradicionais ideias de desenvolvimento ou, como no caso argentino, estão confinadas a políticas subsidiárias.

Os quatro planos analisados apresentam elementos neoliberais. Promessas de estabilidade macroeconômica, de controle da dívida e do processo inflacionário estão presentes nos quatro planos. No entanto, para as plataformas de esquerda, o neoliberalismo representa justamente aquilo que deve ser combatido. Para os candidatos situados a esquerda no espectro ideológico, as medidas neoliberais rejeitas estão centradas principalmente na redução do gasto público, enquanto outras diretrizes neoliberais são toleradas e adotadas.

#### 4. Conclusão

O presente trabalho buscou analisar as convergências e as divergências, bem como as novas e antigas tendências dos programas eleitorais de quatro candidatos eleitos a América Latina quanto a estratégia de desenvolvimento adotada. Desde o pós-Guerra, a América Latina passou por diversas tendências de desenvolvimento. Inicialmente, foram caracterizadas pelas promessas de cooperação norte-americana e, de outro lado, pelo impulso estatal para a industrialização. Depois da década de 1980, marcada por crises agudas de endividamento dos países latinos, iniciou-se um processo de liberalização econômica influenciada pelas organizações internacionais, como FMI, Banco Mundial e CEPAL. Na Argentina, uma grave crise econômica, em 2001, marcou o fim da primazia neoliberal. Na década seguinte, o alto preço das matérias-primas, puxado pelo forte crescimento chinês, inaugurou o chamado Novo Desenvolvimentismo. Enquanto para alguns autores, o Novo Desenvolvimento representa uma continuação do ideário neoliberal, para outros, significou uma forma de integração das economias latinas com o sistema econômico internacional, de modo induzir o desenvolvimento nacional.

Com o fim dos superciclo das commodities, abre-se o questionamento de qual será estratégia adotada pelos países latinos frente ao novo cenário internacional. Nesse sentido, procurou-se identificar modelos de desenvolvimento presentes nos programas eleitorais analisados desde a finalização desse ciclo. Usou-se uma amostra relativamente reduzida de quatro países diante do entorno de vinte países do subcontinente americano. A utilização da codificação permitiu a sistematização para a identificação dos modelos de desenvolvimento. Os códigos foram baseados nas categorias e nos critérios criados a partir das correntes teóricas identificadas anteriormente. Os programas de Piñera e Fernández apresentam um texto mais apelativo, voltado para o marketing político. De seu lado, o plano de Arce tem um perfil mais acadêmico com uso de termos e conceitos pouco usuais. Enquanto a plataforma de Bolsonaro reflete a própria campanha e perfil do Bolsonaro.

Por sua vez, as teorias abordadas estão longe de encerrar todo o debate sobre o desenvolvimento. Temas, como desigualdades, infraestrutura, ciência e tecnologia, educação e outros tópicos pertinentes quando se estuda o assunto, não foram trabalhados. Alguns desses tópicos estão presentes nos planos dos presidentes escolhidos, no entanto, o presente trabalho se dedicou aos pontos abordados na segunda seção referentes as correntes teóricas antes trabalhadas.

A Teoria da Dependência Marxista apresentou menor relevância nos programas entre as quatro abordagens teóricas. O contexto social e político que proporcionou a produção da

TDM na América Latina nos anos 1960 e 1970, bem como uma transição pacífica para o socialismo pela via democrática com a eleição de Allende, em 1970, foi desgastado pelo embate da Guerra Fria e pelo fim da União Soviética no começo dos anos 1990 (FALETTO, 1998). Assim, as propostas da TDM encontram menor reverberação entre os candidatos na atualidade.

Ainda que em medida e forma diferentes, os planos de Arce e Fernández apresentam elementos das Alternativas ao Desenvolvimento. Enquanto, retoricamente, Arce justifica as mais diversas medidas de seu programa por meio da Viver Bem, Fernández acena a formas outras de desenvolvimento quando toca em temas de sustentabilidade. Ambas as plataformas carecem de indicações de como seus governos adotariam práticas distintas dos modelos tradicionais de desenvolvimento. Acosta (2015, p. 312) afirma que os princípios do bem viver estão em descompassos com as práticas governamentais nas experiências bolivianas e equatorianas. O risco do afastamento entre as práticas governamentais e os intelectuais e movimentos indígenas e sociais pode se terminar no esvaziamento dos significados de plurinacionalidade e do bem viver (SCHAVELZON, 2015, p. 15). Mesmo assim, para Schavelzon (2015, p. 17), as propostas de Bem Viver provocam o debate político e questionamento sobre os padrões de Estado e economia de mercado sedimentados socialmente.

Um aspecto em comum dos planos é a presença de medidas liberais. Mesmo a eficiência econômica não refletindo justiça social, a estabilidade macroeconômica e, ainda mais quando acompanhada de taxa de câmbio e juros competitivos internacionalmente, estimulam a entrada de investimentos estrangeiros. Dessa forma, os direcionamentos econômicos dos países analisados buscam mostrar-se atraentes para inversões internacionais e, portanto, procuram não se distanciar da ortodoxia liberal. Mesmo mostrando-se comprometidos com a estabilidade macroeconômica e a disciplina fiscal durante o período de campanha, o mercado se comporta receoso em relação a candidatos à esquerda no espectro ideológico. A vitória de Fernández nas primárias, em 2019, acarretaram a desvalorização do peso argentino e queda da bolsa de valor no país (GONZÁLEZ, 2019).

Somado a isso, Bresser-Pereira (2012) aponta a prevalência da teoria neoclássica nos institutos de economia das universidades latino-americanas e o prestígio de economistas latinos formados nos Estados Unidos desde 1980. Esses economistas, segundo Bresser-Pereira (2012) implementam políticas que, apesar de presentes nos manuais tradicionais de macroeconomia, são rejeitadas na prática pelos países desenvolvidos. Para Chang (2004, p. 13), o receituário de desenvolvimento para economias em *catch-up* contradiz as medidas tomadas pelos Países Atualmente Desenvolvidos no processo de consolidação de suas economias. As recomendações econômicas ortodoxas em favor de políticas industriais, comerciais e tecnológicas de caráter



neoliberal divergem das evidências históricas (CHANG, 2004, p. 211). Segundo Chang (2004, p. 2015), mesmo as instituições preconizadas pelos economistas do PAD foram mais uma consequência da conquista do desenvolvimento do que propriamente condição necessária para ele.

A teoria desenvolvimentista cepalina estrutura os programas de Arce e Fernández. Mesmo com a exaustão do modelo de ISI desde a crise da dívida latina de 1980 e pela onda neoliberal subsequente, essa proposta de desenvolvimento ainda se mostra como alternativa à ortodoxia neoliberal dentro do sistema capitalista. Mas, como observado nos planos analisados dos candidatos eleitos de esquerda, as propostas desenvolvimentistas estruturalistas são combinadas com propostas liberais. Oliveira (2020) analisou os planos dos candidatos da chamada Onda Rosa entre 1999 e 2015 quanto a presença de medidas em consonância com o Consenso de Washington. Dentro desse marco temporal, já era possível identificar elementos neoliberais, principalmente relacionados ao controle inflacionário e à disciplina fiscal (DE OLIVEIRA, 2020, p. 186).

A insatisfação com a condição de exportador de matérias-primas no comércio internacional está presente nos programas tanto de Piñera, quanto de Fernández e de Arce. Enquanto Arce e Fernández propõem a industrialização dos recursos naturais, Piñera espera a superação dessa condição para uma economia do conhecimento. O programa de Bolsonaro não aborda a questão diretamente, mas, ao seu modo, propõe para o país um modelo de sociedade aos moldes dos países desenvolvidos. Nesses planos, a superação do subdesenvolvimento significa mudar de algum modo a condição de exportador de bens primários para bens de maior valor agregado no comércio internacional. A maneira como cada um dos quatro países pretende alcançar essa condição está dividida em dois grupos, um liberal e outro desenvolvimentista estruturalista, como já descrito anteriormente.

## 5. Referência

- ALMEIDA, Ronaldo De. Bolsonaro President: Conservatism, Evangelism and the Brazilian Crisis. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 38, n. 1, p. 185–213, 2019.
- ANRIA, Santiago; VOMMARO, Gabriel. En Argentina, un “giro a la derecha” que no fue y el improbable regreso del peronismo de centro-izquierda. *Más poder local*, v. 40, p. 6–10, 2020.
- ANTUNES DE OLIVEIRA, Felipe. Development for whom? Beyond the developed/underdeveloped dichotomy. *Journal of International Relations and Development*, v. 23, n. 4, p. 924–946, 1 dez. 2020.
- BÁRCENA, Alicia. Los desafíos de la CEPAL en América Latina y el Caribe: Una reflexión desde su historia y su presente. In: BORBÓN, JOSETTE ALTMANN; ARAVENA, FRANCISCO ROJAS (Org.). *América Latina y el Caribe : En una década de incertidumbres*. Costa Rica: FLACSO, 2018. p. 284.
- BOLÍVIA. *Constitución Política del Estado (CPE)*. . La Paz: [s.n.]. Disponível em: <<http://bolivia.infoleyes.com/shownorm.php?id=469>[12/28/2014:30:59PM]>. , 2009
- BRAGA, Ruy; BARBOSA DOS SANTOS, Fábio Luis. The Political Economy of Lulism and Its Aftermath. *Latin American Perspectives*, v. 47, n. 1, p. 169–186, 1 jan. 2020.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz. DO ANTIGO AO NOVO DESENVOLVIMENTISMO NA AMÉRICA LATINA. 2010. Disponível em: <[www.fgvsp.br/economia](http://www.fgvsp.br/economia)>.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. New development – The second moment of Latin American structuralism. *Revista de Economia Contemporanea*, v. 24, n. 1, p. 1–20, 2020.
- CANTAMUTTO, Francisco J. Vaca Muerta y las elusivas promesas de desarrollo en Argentina. *Ensayos de Economía*, v. 30, n. 56, p. 185–209, 28 jul. 2020.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. 3º ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- CASSOL, Abel; NIERDELE, Paulo André. Celso Furtado e a Economia Política do Desenvolvimento Latino-americano. In: NIEDERLE, PAULO ANDRÉ; RADOMSKY, GUILHERME FRANCISCO W (Org.). *Introdução às teorias do desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 28–37.
- CEPPI, Natalia; MARTÍNEZ, Carolina. Las elecciones presidenciales de 2020 . El regreso del MAS. *Perspectivas Revista de Ciencias Sociales*, n. 10, p. 63–75, 2020.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CONCEIÇÃO, Ariane Fernandes De; OLIVEIRA, Cíntia Gonçalves De; SOUZA, Dércio Gonçalves De. Rostow e os estágios para o desenvolvimento. In: NIEDERLE, PAULO ANDRÉ; RADOMSKY, GUILHERME FRANCISCO W (Org.). *Introdução às teorias do desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 11–16.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco. Reformas econômicas nos países estudados. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 73–128.

D’ALESSANDRO, Martín. Las plataformas electorales en la Argentina moderna. *América Latina Hoy*, v. 65, n. 65, p. 107–139, 2013.

DE OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte. Lasting neoliberalism: The Washington Consensus in the Latin American pink tide. *Opinio Publica*, v. 26, n. 1, p. 158–192, 1 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/7PrFqzvf674MD6yX7YMgmwr/?lang=pt#>>. Acesso em: 3 out. 2021.

DE PIERO, Sergio. APORTES PARA EL DEBATE LOS AÑOS KIRCHNERISTAS: RECENTRALIZAR AL ESTADO. *Revista Aportes para el Estado y la Administración gubernamental*, v. 30, p. 169–179, 2012. Disponível em: <[http://www.sgp.gov.ar/contenidos/onig/carta\\_compromiso/paginas/documentos.htm](http://www.sgp.gov.ar/contenidos/onig/carta_compromiso/paginas/documentos.htm)>.

DE VRIES, Pieter. Don’t compromise your desire for development! A Lacanian/Deleuzian rethinking of the anti-politics machine. *Third World Quarterly*, v. 28, n. 1, p. 25–43, 2007.

DO AMARAL, Oswaldo. The victory of Jair Bolsonaro according to the Brazilian Electoral Study of 2018. *Brazilian Political Science Review*, v. 14, n. 1, p. 1–13, 2020.

DUNN, Kevin; NEUMANN, Iver. *Undertaking Discourse Analysis for Social Research*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2016.

ESCOBAR, Arturo. Decrecimiento, post-desarrollo y transiciones: una conversación preliminar. *INTERdisciplina*, v. 3, n. 7, p. 217–244, 2015.

ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, DANIEL (Org.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17–31. Disponível em: <[http://cedum.umanizales.edu.co/mds/ch4/dsh/unidad1/pdf/El\\_postdesarrollo\\_como\\_concepto.pdf](http://cedum.umanizales.edu.co/mds/ch4/dsh/unidad1/pdf/El_postdesarrollo_como_concepto.pdf)>.

FALETTO, Enzo. Los años 60 y el tema de la dependencia. *Estudios Avanzados*, v. 12, n. 33, p. 109–117, 1998. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9412>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

FERES JUNIOR, João. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru: EDUSC, 2005.

FONSECA, Pedro. Desenvolvimentismo: A Construção do Conceito. *Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, jun. 2015.

FURTADO, Celso. *A Economia Latino-Americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIULIANI, Adriana Mariel. EL CASO DE VACA MUERTA GOVERNANCE FRAMEWORK FOR HYDROCARBON DEVELOPMENT IN ARGENTINA. THE CASE OF VACA MUERTA. *Revista Administración Pública y Sociedad*, v. 3, p. 49–61, jun. 2017.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. *Serv.Soc.Soc.*, v. 112, p. 637–671, 2012.

GONZÁLEZ, Enric. Lunes negro para la economía argentina tras la victoria del peronista Alberto Fernández. *El País*, 19 ago. 2019. Disponível em: <[https://elpais.com/internacional/2019/08/12/argentina/1565638127\\_313976.html](https://elpais.com/internacional/2019/08/12/argentina/1565638127_313976.html)>. Acesso em: 4 jan. 2022.

GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo. *América Latina en Movimiento - ALAI*, v. 462, p. 1–20, fev. 2011.

KALPOKAITE, Neringa; RADIVOJEVIC, Ivana. Demystifying qualitative data analysis for novice qualitative researchers. *Qualitative Report*, v. 24, n. 13, p. 44–57, 2019.

LANDMAN, Todd. *Issues and Methods in Comparative Politics: an introduction*. Nova York: Routledge, 2008.

LEIVA, Aste Bruno. Estallido social en Chile: la persistencia de la Constitución neoliberal como problema. *Diritto Pubblico Comparato ed Europeo - DPCE online*, v. 1, 2020. Disponível em: <[www.docsity.com/en/carta-de-milton-friedman-a-pinochet-21-de-abril-de-1975/5016820/](http://www.docsity.com/en/carta-de-milton-friedman-a-pinochet-21-de-abril-de-1975/5016820/)>.

MADARIAGA, Aldo. La Continuidad del Neoliberalismo en Chile. *Revista de Estudios e Pesquisas sobre as Américas*, v. 13, n. 2, p. 81–113, 3 jul. 2019.

MALAMUD, Carlos; NÚÑEZ, Rogelio. Tiempos recios y final de época en América Latina : un balance del ciclo electoral 2017-2019. *ARI Real Instituto Elcano*, n. 119, p. 1–11, 2019.

MARTINS, Carlos Eduardo. Neoliberalismo e desenvolvimento na América Latina. *La economía mundial y América Latina. Tendencias, problemas y desafíos*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 139–167. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101013124027/6ParteIII1.pdf>>.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência Epistêmica: a Opção Descolonial E O Significado De Identidade Em Política. *Cadernos de Letras da UFF*, v. no 34, p. 287–324, 2008a.

MIGNOLO, Walter D. Novas reflexões sobre a “idéia da América Latina”: a direita, a esquerda e a opção descolonial. *Caderno CRH*, v. 21, n. 53, p. 237–250, 2008b.

MUÑOZ, Enara Echart; VILLARREAL, Maria del Carmen. Women’s Struggles Against Extractivism in Latin America and the Caribbean. *Contexto Internacional*, v. 41, n. 2, p. 303–325, 2019.

POVEDA BONILLA, Rafael. *Estudio de caso sobre la gobernanza del cobre en Chile - Documentos de Proyectos*. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2019. Disponível em: <[www.cepal.org/apps](http://www.cepal.org/apps)>.

PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas. *Revista Brasileira de Economia*, v. 3, n. 3, 1949.

REINO, Jaime. La concepción inicial de Raúl Prebisch y sus transformaciones. “La crisis del Desarrollismo.” *La Teoría Social Latinoamericana*. [S.l.]: El Caballito, 1994. v. Tomo II. p. 135–152.

REYES, Giovanni. Principales teorías sobre el desarrollo económico y social. *Nómadas*, v. 4, n. 4, p. 125–142, 2001.

RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o Pensamento Social Brasileiro. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, jan. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000100024](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100024)>.

RODRIK, Dani; BANK, World. Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion. *Journal of Economic Literature*, v. 44, n. 4, p. 973–987, dez. 2006. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/30032391>>. Acesso em: 2 out. 2021.

SAAD-FILHO, Alfredo; BOFFO, Marco. The corruption of democracy: Corruption scandals, class alliances, and political authoritarianism in Brazil. *Geoforum*, v. 124, p. 300–309, 1 ago. 2021.

SANTOS, Theotônio Dos. *Imperialismo y dependencia*. México: Ediciones Era, 1986.

SANTOS, Theotônio. A teoria da Dependência: um balanço. *A Teoria da dependência: Balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 25–42.

SCHAVELZON, Salvador. Presentación. *Plurinacionalidad y Vivir Bien/Buen Vivir: Dos conceptos leídos desde Bolivia y Ecuador post-constituyentes*. [S.l.]: CLACSO, 2015. p. 1–285. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/j.ctvtxw3vx.4>>.

STRÖBELE-GREGOR, Juliana. Lítion en Bolivia - El plan gubernamental de producción e industrialización del litio, escenarios de conflictos sociales y ecológicos, y dimensiones de desigualdad social. *Working Paper Series - DesiguALdades.net*, v. 14, 2012. Disponível em: <<https://refubium.fu-berlin.de/handle/fub188/19857>>. Acesso em: 23 out. 2021.

SVAMPA, Maristella. Consenso de las commodities. *Nueva Sociedad*, v. 244, p. 30–46, 2013.

SVAMPA, Maristella. Cuatro claves para leer América Latina. *Nueva sociedad*, n. 268, p. 50–64, 2017.

SVAMPA, Maristella; TRAZAR, Enrique Viale. Continuidad y radicalización del neoextractivismo en Argentina. *Perfiles Económicos*, v. 3, p. 87–97, jul. 2017.

WAINER, Andrés. Dependencia y subdesarrollo en tiempos de globalización. Las experiencias neoliberales y neodesarrollistas en la Argentina. *Sociedad y Economía*, 28 jun. 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. After developmentalism and globalization, what? *Social Forces*, v. 83, n. 3, p. 1263–1278, 2005.

WESZ JUNIOR, Valdemar. O MERCADO DA SOJA NO BRASIL E NA ARGENTINA: SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS E INTERCONEXÕES. *Revista de Ciências Sociais*, v. 4, n. 1, p. 114–161, 2014.

WODAK, Ruth. Critical Discourse Analysis. In: SEALE, CLIVE *et al.* (Org.). . *Qualitative Research Practice - Concise Paperback Edition*. Londres: SAGE, 2007. p. 185–201.

ZOVATTO, Daniel. El súper ciclo electoral latinoamericano 2017-2019: el voto de enojo en tiempos de fatiga democrática y malestar con la política. *Análisis Carolina*, v. 3, p. 1–27, 2020.

### **Programas eleitorais**

Argentina - “*Frente de Todos*”, Alberto Fernández (Frente de Todos). Disponible em: <https://www.frentedetodos.org/plataforma>

Bolivia - “*Agenda del Pueblo par el Bicentenario y el Vivir Bien*”, Luis Arce (MAS-ISPL). Disponible em: [https://www.oep.org.bo/wp-content/uploads/2020/02/Programa\\_Gobierno\\_MAS-IPSP\\_EG\\_2020.pdf](https://www.oep.org.bo/wp-content/uploads/2020/02/Programa_Gobierno_MAS-IPSP_EG_2020.pdf)

Brasil - “*O Caminho da Prosperidade*”, Jair Bolsonaro (PSL-PRTB). Disponible em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta\\_1534284632231.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf)

Chile - “*Construyamos tempos mejores para Chile*”, Sebastián Piñera (Coalición por el cambio). Disponible em: <https://programa.sebastianpinera.cl/>